



CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO POR LOTES

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SILVICULTURA POR
LOTES

CADERNO DE ENCARGOS

Proc. nº 285/DCP/2025

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato	5
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário	5
Cláusula 4ª - Prestação de serviços	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais	6
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços	6
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário	7
Cláusula 8ª - Responsabilidade	7
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo	8
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais	8
Cláusula 11ª -Gestor do Contrato	8
Cláusula 12ª - Preço contratual	8
Cláusula 13ª - Preço base.....	9
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	9
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	10
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	11
Cláusula 16ª - Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	12
Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário	13
Cláusula 19ª - Força maior	13
Capítulo IV - Resolução de litígios	14

Cláusula 20ª - Foro competente	14
Capítulo V - Disposições finais.....	14
Cláusula 21ª - Publicidade	15
Cláusula 22ª - Comunicações e notificações.....	15
Cláusula 23ª - Contagem dos prazos	15
Cláusula 24ª - Legislação aplicável	15
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	15
Cláusula 25ª - Especificações técnicas.....	15

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de Silvicultura, dividido em **3** lotes a seguir identificados:

Lote	Designação
1	Serviços para consolidação de mosaicos de parcelas no perímetro florestal da serra de Sintra-Cascais
2	Serviços para Gestão da área ardida no incêndio rural de 21/07/2024
3	Serviços para a gestão de combustíveis florestais nas imediações dos aglomerados populacionais e nas faixas de caminhos e estradas municipais

Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

- 1.** A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2.** Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.
- 3.** Para efeitos da autorização prevista no número 1:
 - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 4.** Nos casos de incumprimento, pelo co-contratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado

o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.

5. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:
 - a) Pelas cláusulas dele constantes;
 - b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;
 - c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Cláusula 4ª - Prestação de serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419ºA do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no nº 13 do artigo 42º do mesmo código.
3. A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

Cláusula 5ª – Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;
- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;
- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços

- 1.** O contrato, por Lote, que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência na data de envio da Nota de Encomenda/Requisição Externa, por parte da entidade adjudicante.
- 2. Para o Lote 1:** O prazo máximo de vigência do contrato será de 33 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
- 3. Para o Lote 2:** O prazo de vigência do contrato deverá ter em conta o prazo mencionado na proposta adjudicada, no máximo de 6 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
- 4. Para o Lote 3:**
 - 4.1.** O contrato terá a duração de 12 meses, tendo por base os meses previstos no quadro abaixo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Fases de Execução	Período de execução (mês/ano)
1.ª Fase	Março 2026 a Junho 2026
2.ª Fase (durante o 2º mês após término da 1.ª Fase)	Agosto 2026
3.ª Fase (durante o 4.º mês após a 1.ª Fase)	Outubro 2026
4.ª Fase (após o 8.º mês da 1.ª Fase)	Março 2027

4.2. A duração dos trabalhos pretendidos em cada uma das fases ocorrerá tendo em conta o prazo mencionado na proposta adjudicada, respeitando sempre os períodos mencionados no referido quadro.

5. Todos os contratos cessam automaticamente quando forem faturados os valores constantes das respetivas propostas adjudicadas, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

- 1.** Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada aos serviços competentes através do gestor do contrato de cada Lote, conforme cláusula 11ª deste caderno.
- 2.** Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

Cláusula 8ª - Responsabilidade

- 1.** O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.
- 2.** O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.
- 3.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
- 4.** As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes

Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais

Cláusula 11ª - Gestor do Contrato

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

Cláusula 12ª - Preço contratual

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
 - b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
 - d) Encargos com telecomunicações e correios;
 - e) Tradução de documentos;
 - f) Reprodução de documentos;
 - g) Equipamento e consumíveis de escritório.

4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 13ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade da prestação dos serviços é de € 438,000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil euros), dividido pelos diversos lotes, da seguinte forma:

Lote	Designação	Preço Base
1	Serviços para consolidação de mosaicos de parcelas no perímetro florestal da serra de Sintra-Cascais	€ 180.000,00
2	Serviços para Gestão da área ardida no incêndio rural de 21/07/2024	€ 163.000,00
3	Serviços para a gestão de combustíveis florestais nas imediações dos aglomerados populacionais e nas faixas de caminhos e estradas municipais	€ 95.000,00

2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.
3. O preço base atrás mencionado foi definido considerando aquisições anteriores com o mesmo objeto.

Cláusula 14ª - Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.
2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.
3. Podem ser propostos pagamentos parcelares, não havendo, contudo, lugar a adiantamentos, conforme resulta da cláusula 15ª do presente caderno encargos.

- 4. Para o Lote 3:** Serão considerados pagamentos parcelares da seguinte forma, não havendo, contudo, lugar a adiantamentos, conforme resulta da cláusula 15ª do presente caderno encargos:

Ações a realizar:	Períodos definidos	Distribuição do orçamento
1.ª Etapa	Abril 2026 a Junho 2026	(80%)
- Seleção e remoção dos exemplares arbóreos, com pincelagem das toijas das invasoras lenhosas.		50%
- Limpeza seletiva de matos, com pincelagem das toijas das invasoras lenhosas		15%
- Podas e desramações dos exemplares a manter		15%
2.ª Etapa	Agosto 2026	
- 1.º Controlo das infestantes e invasoras, com aplicação de herbicida sistémico, no rebentamento dos exemplares de: cana-do-reino (Arundo donax), erva-das-pampas (Cortaderia selloana).		5%
Outubro 2026		(20%)
- 2.º Controlo das infestantes e invasoras, com aplicação de herbicida sistémico, no rebentamento dos exemplares de: cana-do-reino (Arundo donax), erva-das-pampas (Cortaderia selloana).		10%
- 1.º Controlo da regeneração das invasoras lenhosas, com aplicação de herbicida sistémico (3% de diluição) nos rebentamentos das toijas e nas plântulas entretanto surgidas dos exemplares de: eucaliptos, acácias, pitósporos e háqueas		
Março 2027		
- 2.º Controlo da regeneração das invasoras lenhosas, com aplicação de herbicida sistémico (3% de diluição) nos rebentamentos das toijas e nas plântulas entretanto surgidas dos exemplares de: eucaliptos, acácias, pitósporos e háqueas		5%

Cláusula 15ª - Adiantamentos

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16ª - Penalidades contratuais

Para o Lote 1:

1. Caso durante a realização dos trabalhos não estejam presentes todos os elementos indicados na proposta, o trabalho será imediatamente suspenso até à normalização da situação. Neste caso o adjudicatário incorrerá na aplicação de uma sanção pecuniária que poderá chegar a 5% (mais IVA) do valor total da proposta. Salienta-se, no entanto, que, o pessoal que será efetivamente considerado como o necessário pela entidade adjudicante será o que, em cada situação, permitir que o trabalho se desenvolva com segurança.
2. Os trabalhos que não forem executados segundo as normas estabelecidas neste Caderno de Encargos, nomeadamente o respeito pelo cronograma definido para as diversas operações, serão alvo de advertência e/ou penalizações que poderão chegar a 5% (mais IVA) do valor total da proposta.
3. No caso de incumprimento dos prazos fixados na calendarização das operações e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V * A / 500$$

(P = montante da penalidade; V = valor do contrato; A = número de dias em atraso).
4. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão.
5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
6. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 4, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
7. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.
8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

9. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
10. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Para o Lote 2 e 3:

1. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 19ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 20ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 21ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

Cláusula 22ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

Cláusula 23ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25ª - Especificações técnicas

Lote 1:

Introdução

O património natural do Perímetro Florestal da Serra Sintra-Cascais carece de ações de proteção contra agentes bióticos e abióticos, de forma a preservarem-se os valores naturais da floresta nativa e de toda a flora e fauna endémica. Nos últimos anos têm-se vindo a desenvolver projetos nesse sentido, existindo atualmente necessidade de se garantir a manutenção das áreas anteriormente intervencionadas, perpetuando os esforços da defesa da floresta contra os agentes bióticos, nomeadamente o controlo e eliminação de espécies invasoras e a gestão de combustíveis florestais, por forma a minimizarem-se os riscos dos incêndios e obtenção de uma floresta mais resiliente.

Com o presente caderno técnico de encargos pretende-se descrever as intervenções preconizadas para uma área de 83,8 hectares do território do Perímetro Florestal, que foi já intervencionada ao longo do período 2022/2024 e para a qual é agora necessário fazer-se o controlo e seguimento da regeneração das invasoras lenhosas, por forma a garantir-se a consolidação destas áreas, promovendo-se assim o desenvolvimento da vegetação autóctone e por conseguinte a recuperação ecológica de habitats.

A área definida de 83,8 hectares, localizada na encosta da Peninha e encosta da Pedra Amarela, com acessos pela Rua dos Capuchos, Caminho dos Fetos, Rua do Azevinho e Rua da Mata, para a qual é preconizado um plano de manutenção, a realizar-se previsivelmente no período entre outubro 2025 e junho 2028, com a concretização de seis (6) intervenções distintas, distribuídas pelo período referido.

Localização da área de intervenção

A área de intervenção situa-se na Freguesia de Alcabideche, junto à povoação da Malveira da Serra, encontra-se inserida no território do Perímetro Florestal da Serra de Sintra-Cascais, distribui-se uma área de 83,8 hectares, situada na envolvente da Encosta da Peninha, com acesso pela Rua da Mata e pelo Caminho dos Fetos e encosta da Pedra Amarela (norte da povoação da Malveira da Serra) com acesso pela Rua dos Capuchos até ao limite do concelho, conforme cartografia em anexo (Anexos 1 e 2).

Caracterização da área a intervencionar

Para a área definida, passamos a descrever as respetivas características e intervenções preconizadas:

A área preconizada perfaz um total de 83,8 hectares, anteriormente ocupada por manchas dispersas de invasoras lenhosas (acácias e pitósporos) alternadas com povoamentos adultos de pinho bravo e de povoamentos adultos de cupressáceas (*Cupressus lusitanica*) com regeneração no sub-coberto de espécies invasoras (acácia e pitósporo), verificando-se também a existência de exemplares dispersos de espécies arbustivas autóctones, tolerantes ao ensombramento (folhados, loureiros, adernos, sanguinhos, etc). Esta área foi intervencionada ao longo do período 2022/2024, na qual foi controlada a regeneração de invasoras lenhosas, com desvitalização de toijas e foi efetuada plantação de folhosas autóctones, existindo também nesta área, regeneração natural de espécies nativas de forma dispersa.

O objetivo das intervenções a realizar nesta área é a continuidade das ações de eliminação de exóticas invasoras, por forma a controlar a dispersão destas espécies, promovendo a regeneração natural da vegetação nativa e aumentar o êxito das plantações realizadas com espécies autóctones.

O adjudicatário terá de se inteirar do local da prestação de serviços, de todos os trabalhos necessários, e proceder ao respetivo planeamento, apresentando ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC) / Unidade Técnica Florestal (UTEF) todas as dúvidas e pedidos de esclarecimentos necessários através do número 21 481 58 55.

A Câmara Municipal de Cascais, através do SPC / UTEF, salvaguarda-se o direito de alterar os locais de execução das tarefas, por outros com a mesma área e de características idênticas.

Intervenções Preconizadas:

De salientar aos concorrentes que a boa execução para as distintas intervenções preconizadas e atempadamente no que respeita ao cumprimento dos períodos definidos neste caderno técnico de encargos, ditará a maior ou menor facilidade de realização de cada uma das ações e seguintes respetivas. Esta observação resulta do facto das espécies invasoras lenhosas retratadas, apresentarem um rápido crescimento e desta forma o cumprimento integral do período e intervalo para as diversas ações, definirá a facilidade de execução das intervenções preconizadas.

As intervenções preconizadas para o total da área de 83,8 hectares estão distribuídas da seguinte forma:

Para a primeira intervenção, com início previsto em outubro de 2025, preconiza-se uma operação motomanual de limpeza e seleção de matos diversos, com corte dos exemplares de silvas, tojo, tintureiras e qualquer exemplar das espécies exóticas mencionadas na tabela 3 apresentada a baixo (Tabela 3 – Lista de espécies exóticas de carácter invasoras), eliminação dos exemplares de invasoras lenhosas (acácias, pitósporos, háqueas e robínias) com desvitalização química das respetivas toijas.

Nesta operação deverá ser preservada toda a regeneração de espécies autóctones (loureiros, folhados, medronheiros, carvalhos, sobreiros, ácer silvestre, adernos, sanguinhos e pilriteiros) e deverão ser preservados todos os exemplares plantados que se encontram identificados com protetores.

Para o total da área de 83,8 hectares as cinco intervenções seguintes, a iniciarem-se previsivelmente em março 2026, em outubro 2026, março 2027, outubro 2027 e março de 2028, preconizam-se operações manuais de arranque dos exemplares de espécies exóticas, por forma a remover-se toda a regeneração das espécies exóticas invasoras (acácias, pitósporos, áqueas, robínias, tintureira). Esta operação deverá ser realizada manualmente, o objetivo é o arranque pelo raizame e caso necessário recorrer-se ao uso de enxada nos exemplares de maior dimensão, para facilitar a remoção das raízes.

Preconiza-se a preservação de toda a vegetação autóctone, tanto das espécies arbóreas como das espécies arbustivas referidas nas tabelas 2 e 3 deste caderno de encargos.

Cronograma, definição das operações a desenvolver e respetiva distribuição orçamental

No quadro seguinte apresentam-se definidas as intervenções preconizadas para o total da área com a atribuição do respetivo cronograma de execução e a distribuição percentual dos valores correspondentes relativamente ao orçamento total.

Quadro 1- Intervenções na área total de 83,8 hectares

Período da Intervenção	Descrição das operações para cada período	Distribuição Orçamento
Março a Junho 2026	Limpeza e seleção de matos motomanual, eliminação de silvados, tojos, tintureiras, herbáceas diversas e outros matos, eliminação dos exemplares de invasoras lenhosas (acácias, pitósporos, áqueas e robínias) com desvitalização química das respetivas toijas.	16%
Outubro a Dezembro 2026	Arranque manual dos exemplares de exóticas, por forma a remover-se toda a regeneração destas espécies (acácias, pitósporos, áqueas, robínias, tintureiras).	18%
Março a Junho 2027	Arranque manual dos exemplares de exóticas, por forma a remover-se toda a regeneração destas espécies (acácias, pitósporos, áqueas, robínias, tintureiras).	15%

Outubro a Dezembro 2027	Arranque manual dos exemplares de exóticas, por forma a remover-se toda a regeneração destas espécies (acácias, pitósporos, áqueas, robínias, tintureiras).	18%
Março a Junho 2028	Arranque manual dos exemplares de exóticas, por forma a remover-se toda a regeneração destas espécies (acácias, pitósporos, áqueas, robínias, tintureiras).	15%
Outubro a Dezembro 2028	Arranque manual dos exemplares de exóticas, por forma a remover-se toda a regeneração destas espécies (acácias, pitósporos, áqueas, robínias, tintureiras).	18%

Os períodos estabelecidos de execução dos trabalhos, que estão definidos neste caderno técnico, poderão ser alterados consoante o estado de desenvolvimento da vegetação e sempre com acordo entre o adjudicatário e o responsável técnico representante da Câmara Municipal de Cascais.

Salvaguardas na realização das operações

- a. - Os trabalhos de limpeza e seleção de matos motomanual deverá ser efetuado de forma a serem preservados todos os exemplares de regeneração natural das espécies autóctones já mencionadas neste documento e as registadas nas tabelas seguintes, tendo em atenção com a proteção de todos os exemplares plantados, facilmente identificáveis pelos tubos protetores instalados.

Nome vulgar	Nome científico
Medronheiro	<i>Arbutus unedo</i>
Pilriteiro	<i>Crataegus monogyna</i>
Loureiro	<i>Laurus nobilis</i>
Folhado	<i>Viburnum tinus</i>
Sanguinho	<i>Rhamnus alaternos</i>
Aroeira	<i>Pistacia lentiscus</i>
Lentisco	<i>Phillyrea angustifolia</i>
Carrasco	<i>Quercus coccifera</i>
Carvalhiça	<i>Quercus lusitanica</i>
Murta	<i>Myrtus communis</i>
Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i>

Tabela 1 Tabela de espécies arbustivas a preservar

Nome vulgar	Nome científico
Zambujeiro	<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>
Freixo	<i>Fraxinus angustifolia</i>
Amieiro	<i>Alnus</i> spp.
Ulmeiro	<i>Ulmus</i> spp.
Bordo	<i>Acer pseudoplatanus</i>
Lódãos	<i>Celtis australis</i>
Cerejeira	<i>Prunus avium</i>
Castanheiro	<i>Castanea sativa</i>
Carvalhos	<i>Quercus</i> spp.
Azinheira	<i>Quercus ilex</i> spp <i>Ilex</i>
Sobreiro	<i>Quercus suber</i>
Azevinho	<i>Ilex aquifolium</i>
Ciprestes e outras cupressáceas	<i>Cupressus lusitanica</i>

Tabela 2 – Tabela de espécies arbóreas a preservar

No caso de se verificarem danos nos exemplares acima referidos, deverão os mesmos serem repostos no período de plantação imediatamente seguinte, com a instalação de protetores e respetivos tutores.

Durante as diversas intervenções, deverá ser recolhido todo e qualquer lixo que se encontre na área de intervenção, devendo o mesmo ser colocado nos contentores adequados.

Qualquer dano causado durante os trabalhos nas infraestruturas existentes (estradas, caminhos florestais, linhas de distribuição de energia, iluminação pública, linhas de rede de telecomunicações, minas ou caixas de água, vedações, entre outros) é da responsabilidade do adjudicatário, devendo o mesmo repor a situação anteriormente existente.

Espécies exóticas invasoras

Apresentam-se na tabela em baixo, uma listagem das espécies invasoras que poderão ser encontradas na área de intervenção e que deverão ser eliminadas durante as operações.

Nome vulgar	Nome científico	Observações
Erva-das-pampas	<i>Cortaderia selloana</i>	Erva plurianual, pode ultrapassar 3 metros altura, folhas c/ serrilha cortante

Háquia-picante	<i>Hakea sericea</i>	Porte arbustivo
Mimosa	<i>Acacia dealbata</i>	Porte arbustivo / arbóreo
Acácia-das-espigas	<i>Acacia longifolia</i>	Porte arbustivo
Acácia-Austrália	<i>Acacia melanoxylon</i>	Porte arbóreo
Acácia	<i>Acacia mearnsii</i>	Porte arbustivo / arbóreo
Robínia	<i>Robinia pseudoacácia</i>	Porte arbustivo / arbóreo
Oliveirinha	<i>Hakea salicifolia</i>	Porte arbustivo
Pitósporo	<i>Pittosporum undulatum</i>	Porte arbustivo / arbóreo
Espanta-lobos	<i>Ailanthus altíssima</i>	Porte arbustivo / arbóreo
Albícia	<i>Albizia spp.</i>	Porte arbóreo
Cana	<i>Arundo donax</i>	
Conteira; roca-da-velha	<i>Hedychium gardnerarum</i>	Sempre que detectada, linhas água, até 1,3 m altura
Tintureira	<i>Phytolacca americana</i>	Erva plurianual, pode ultrapassar 2 metros, folhas largas

Tabela 3 – O controlo da vegetação deverá incidir prioritariamente nas espécies exóticas de carácter invasor.

Acompanhamento técnico

O presente projeto será acompanhado por técnicos da empresa adjudicatária, com formação adequada para o efeito garantindo-se, desta forma, a aplicação das boas práticas florestais.

Por acompanhamento técnico entende-se:

- Elaboração da proposta;
- Marcação e delimitação das parcelas e operações no terreno;
- Acompanhamento dos trabalhos com registo fotográfico;
- Fiscalização do cumprimento do caderno de encargos;
- Garantia do cumprimento das boas práticas florestais.

Restrições aos Trabalhos

A utilização de roçadoras equipadas com lâminas, será interdita em situações de alertas de risco elevado de incêndios rurais.

Condições e Execução dos Trabalhos

Subadjudicatários e tarefeiros

A responsabilidade pela execução de todos os serviços prestados incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada pela Câmara Municipal de Cascais (CMC), não reconhecendo esta última, senão para os efeitos indicados expressamente na lei ou neste Caderno de Encargos, a existência de quaisquer outros intervenientes que trabalhem por conta ou em combinação com o adjudicatário.

Caso se confirme a necessidade do adjudicatário recorrer, por razões de natureza excecional, à subadjudicação ou execução de tarefa específica por terceiros, requererá, para os casos em que tal não esteja claramente indicado na sua proposta, prévia autorização à CMC, através do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), indicando o subadjudicatário ou tarefeiro a que pretende recorrer, fazendo acompanhar esse pedido dos elementos comprovativos da necessidade invocada e da capacidade, competência e mérito técnico dos mesmos.

A entidade adjudicante reserva-se o direito de aceitar, ou não, as propostas indicadas no parágrafo anterior, sem ter de justificar tal resolução, não acarretando, por outro lado, a sua aceitação, qualquer diminuição de responsabilidade do adjudicatário.

A entidade adjudicante reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subadjudicatário ou tarefeiro, no caso de se verificar a falta de garantia de boa execução dos seus serviços.

As subcontratações e tarefas que figurem no contrato, por condições da proposta adjudicada, serão realizadas nas condições nela previstas, não podendo o adjudicatário proceder à substituição dos respetivos subadjudicatários ou tarefeiros sem a aprovação prévia da entidade adjudicante para o efeito.

Nos contratos de subadjudicatários e tarefeiros, os interesses da entidade adjudicante deverão ficar garantidos, em condições idênticas às estipuladas no contrato da própria prestação de serviços, devendo ser previamente submetidos à sua aprovação.

Horários de trabalho e calendarização das operações

Uma vez que os locais de execução dos trabalhos são próximos de zonas residenciais, o horário de trabalho deverá salvaguardar o cumprimento da legislação sobre o ruído.

Pessoal e equipamentos

O adjudicatário realizará este serviço com os meios humanos, equipamentos e técnicas que julgar mais convenientes, devendo os meios mecânicos ser sujeitos a prévia autorização da entidade adjudicante. Compete ao adjudicatário o fornecimento de todas as máquinas, ferramentas e utensílios necessários à execução dos trabalhos e também por todos os transportes.

Fiscalização e controle dos trabalhos

A entidade adjudicante notificará o adjudicatário da identificação dos agentes que designe para fiscalização dos trabalhos que estarão dependentes do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), do mesmo modo que o adjudicatário nomeará o seu representante.

O SMPC reserva-se o direito de fiscalizar os trabalhos durante a sua execução sempre que o entender, de levar a efeito visitas ao local, a fim de verificar se o trabalho está a ser realizado de acordo com o estipulado neste Caderno de Encargos.

Qualquer situação imprevista e não imputável ao adjudicatário, que obste ao bom e regular andamento dos trabalhos a executar no âmbito do presente procedimento, terá de ser de imediato comunicado por escrito à fiscalização. A esta caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a normal execução dos trabalhos.

Segurança dos trabalhadores e prejuízos

Todos os trabalhadores, incluindo os que se encontram no solo, estarão obrigatoriamente equipados com os meios de segurança e proteção individual, indicados para cada tipo de trabalho, pela legislação vigente. Todos os funcionários terão de estar identificados e fardados. Qualquer acidente que decorra do não cumprimento do acima descrito será da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, devendo o dono de obra ser imediatamente informado.

Se os trabalhos a executar forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o adjudicatário comunicará este facto à fiscalização com mais de 72h (setenta e duas horas) de antecedência, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

O adjudicatário terá de tomar todas as precauções necessárias para evitar acidentes e prejuízos de toda a ordem.

Correrá por conta do adjudicatário, que se considerará para o efeito o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao adjudicatário e que resultem da própria natureza da prestação de serviços, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, quer seja em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do adjudicatário, do deficiente comportamento ou falta de segurança dos materiais e equipamentos. Logo após o acidente, o adjudicatário terá de diligenciar, para que seja feita a reparação de qualquer estrago que ocorra. Só em casos devidamente justificados, a entidade adjudicante poderá aceitar que a reparação não seja concluída em menos de 48h (quarenta e oito horas). Também, imediatamente após o acidente, e independentemente da importância deste, o SMPC terá de ser informado da ocorrência por escrito. A CMC considera inadmissível, vir a tomar conhecimento destas situações através dos munícipes.

Situação laboral

A situação laboral de todos os trabalhadores deverá estar conforme a legislação de trabalho em vigor. A CMC reserva-se o direito de zelar pelo cumprimento da legislação referida e de, sempre que se verifiquem situações de incumprimento, suspender os trabalhos e conduzir a denúncia às autoridades competentes.

Alterações dos Trabalhos e Cumprimento dos Prazos

Em qualquer caso de omissão ou de alterações de trabalhos será estabelecido um acordo escrito com a fiscalização.

Sempre que a empresa for impedida de trabalhar devido a condições climáticas ou de acordo com a legislação em vigor, a fiscalização terá de ser informada por escrito, para que esses dias não contem como tempo de trabalho, tendo o adjudicatário direito a prorrogação de prazo do contrato por período a combinar, e no mínimo igual ao da suspensão dos trabalhos.

Sempre que a empresa sofra atrasos na execução dos trabalhos, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a contar da data em que tomou conhecimento da ocorrência, informar por escrito a fiscalização, a fim de a CMC ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

Outros encargos do adjudicatário

O adjudicatário terá sempre de zelar pelo bom relacionamento com os munícipes, mantendo uma imagem digna da empresa e dos serviços municipais que representa.

Considera-se encargo do adjudicatário, promover o seguro da execução dos trabalhos de acordo com a legislação em vigor. Em todas as viaturas terá de existir, em local bem visível, uma placa onde esteja indicado o nome da firma, o respetivo contacto, e ainda a indicação de que esta se encontra "Ao serviço da Câmara Municipal de Cascais".

Os trabalhadores, especialmente o técnico responsável, mas também os motorroçadores, motosserristas e os podadores têm de estar habilitados para reconhecer no terreno as espécies vegetais consideradas a manter, a remover / abater e as exóticas de carácter invasor, e agir em conformidade, de acordo com o referido no presente Caderno de Encargos.

O adjudicatário deverá tomar todas as precauções necessárias à salvaguarda da fauna protegida existente na zona, nomeadamente, as aves de rapina e locais de nidificação.

O adjudicatário obriga-se a manter transitável a rede viária florestal.

O adjudicatário compromete-se a responder, pela entidade adjudicante, em todas as ações em que esta seja demandada judicialmente por terceiros, em relação a prejuízos causados pelos danos morais e materiais que advenham da prestação de serviços contratada.

Da Câmara Municipal de Cascais

Quando avisada com a antecedência estipulada neste Caderno de Encargos, a CMC garantirá a ligação a outros serviços de que seja necessário obter a colaboração.

As autorizações de remoção do coberto vegetal e corte / poda de sobreiros encontram-se diligenciadas junto das entidades competentes, nomeadamente, o Parque Natural de Sintra-Cascais e a Unidade de Gestão Florestal da AML.

A Câmara Municipal de Cascais reserva-se no direito de propor a troca de áreas a intervencionar, desde que possuam características semelhantes, sendo que esta troca poderá ocorrer durante a execução dos trabalhos a realizar.

Considerações Gerais

Dúvidas sobre o modo de execução dos trabalhos

Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, entende-se que o prestador de serviço se inteirou localmente das condições de realização dos trabalhos.

As dúvidas que o adjudicatário tenha sobre o modo de execução dos trabalhos devem ser submetidas à fiscalização antes de se iniciar a execução das tarefas que sobre elas recaiam. No caso de dúvidas ocorrerem somente após o início do serviço a que digam respeito, deverá o adjudicatário submetê-las imediatamente à fiscalização, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação, antes do início da execução.

A falta de cumprimento do disposto acima torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

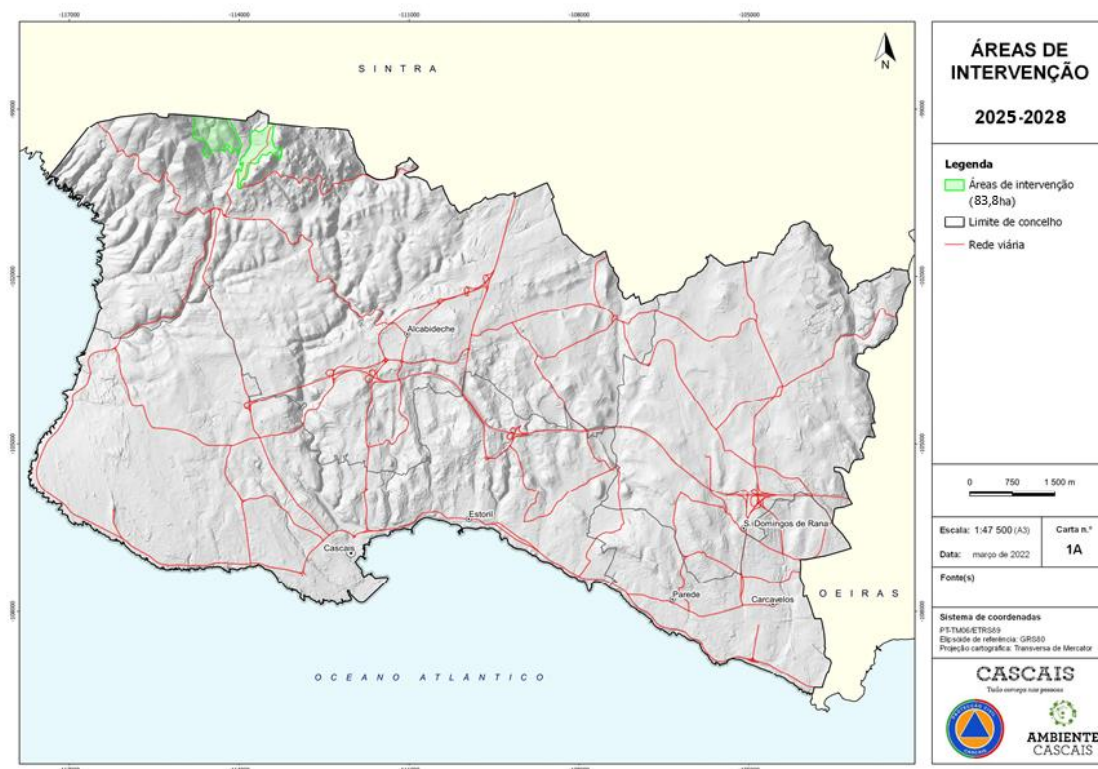
Execução simultânea de outros trabalhos no local da prestação de serviços

A Câmara Municipal de Cascais reserva-se o direito de executar ou de mandar executar por terceiros, conjuntamente com os do presente serviço e nos mesmos locais, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

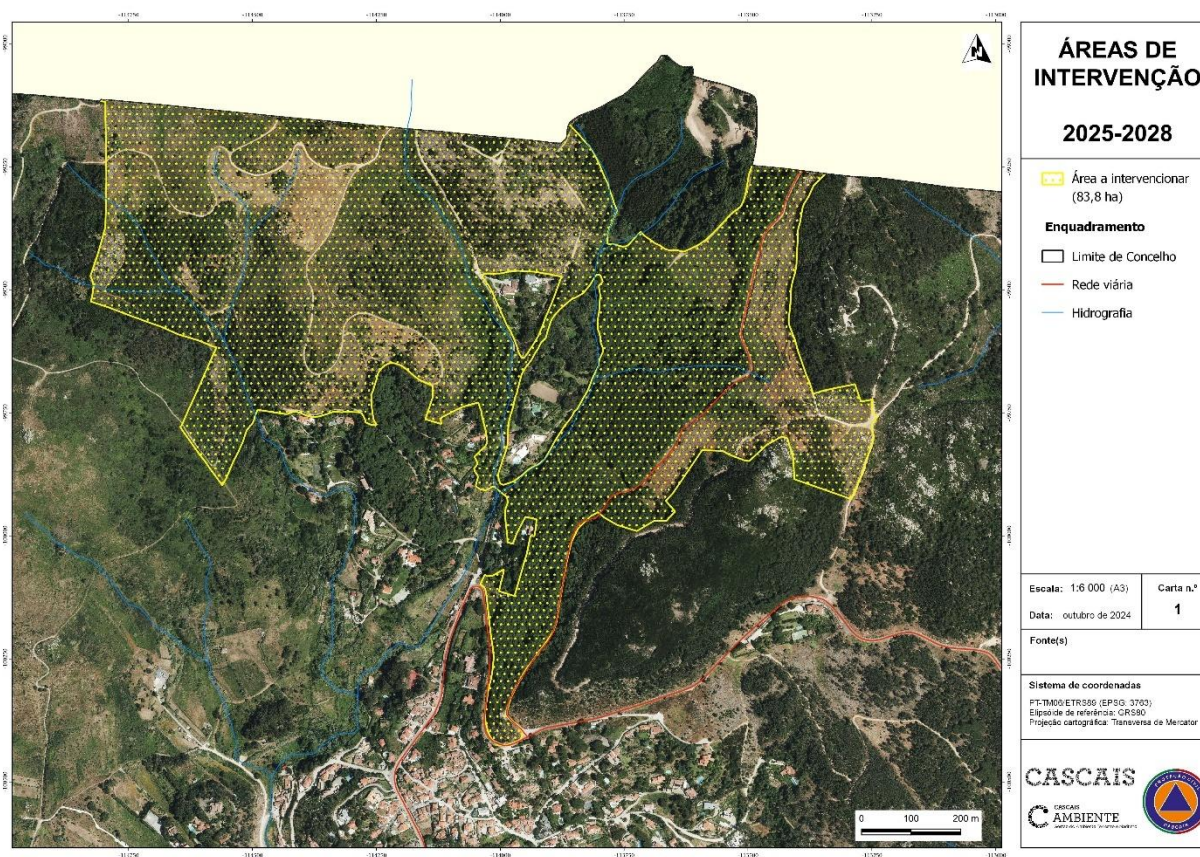
Os trabalhos referidos no parágrafo anterior serão executados em colaboração com a fiscalização, de modo a evitar demoras e outros prejuízos, e sempre que possível, após prévio conhecimento do adjudicatário.

Quando o adjudicatário considere que a normal execução do serviço está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos a que se refere o primeiro parágrafo, deverá apresentar a sua reclamação no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data da ocorrência, a fim de superiormente se tomarem as providências que as circunstâncias imponham.

ANEXO 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



ANEXO 2 – CARTOGRAFIA DAS PARCELAS DE INTERVENÇÃO



Lote 2:

Enquadramento

A presente intervenção enquadra-se no âmbito da recuperação da área ardida, consequência do incêndio rural de 21/07/2024, em particular o controlo de erosão hídrica do solo, a proteção de encostas e de linhas de água/escorrência hídrica, a prevenção de pragas e doenças florestais e a redução da perigosidade de incêndio rural por acumulação de material lenhoso ardido.

Nesta fase (curto-prazo) estão contempladas intervenções de recuperação da área ardida, nomeadamente o corte de material lenhoso e de resíduos florestais ardidos sem fins comerciais para produção local de estilha e respetivo espalhamento e incorporação no solo ou, em áreas inacessíveis a estilhaçadora e trator com corta-mato, a traçagem e deposição no solo em faixas/cordões de acordo com as orientações técnicas do presente Procedimento, assim como a desobstrução das margens da Ribeira da Cadaveira e afluentes e a construção de barreiras de troncos e pedras para correção torrencial.

Parcelas de Intervenção

A área de intervenção totaliza 87,9 ha (Mapa da Área de Intervenção), cuja ocupação florestal é caracterizada maioritariamente por povoamentos de pinheiro-de-Alepo ardido, existindo algumas manchas de zambujeiro e eucaliptos.

- 1 – As intervenções deverão respeitar a época de nidificação das aves de modo a minimizar eventuais impactos.
- 2 – A prossecução dos trabalhos durante o Período Crítico no âmbito da defesa da floresta contra incêndios fica condicionada à adoção de medidas previstas nos termos do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.
- 3 – As parcelas de intervenção ou parte destas poderão ser trocadas por outras situadas no concelho de Cascais, com área e tipologia de intervenção idênticas, caso a Câmara Municipal de Cascais assim o entenda.

Tipo de Intervenções e Orientações de Gestão

O Adjudicatário deverá assegurar a realização das seguintes intervenções:

INTERVENÇÃO	Área (ha)	Quantidade (n.º)
Corte do material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha, sem acumulação de resíduos lenhosos na área das faixas de gestão de combustível	27,8	-
Corte do material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha	40,1	

Corte do material lenhoso ardido e construção de barreiras de troncos e ramos difusos	10,7	-
Desobstrução das margens da Ribeira da Cadaveira e afluentes – corte e remoção do material lenhoso ardido	9,3	-
Instalação de barreiras de troncos, ramos e pedras na Ribeira da Cadaveira e afluentes	-	27
TOTAL	87,9	27

Corte de material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha, sem acumulação de resíduos lenhosos na área das faixas de gestão de combustível (27,8 ha)

Em áreas devidamente identificadas em cartografia (Mapa da Área de Intervenção), caracterizadas por um declive inferior a 15° e definidas como faixas de gestão de combustível de aglomerados populacionais, da rede viária e da rede elétrica de distribuição de energia, preconiza-se o corte de material lenhoso ardido, a produção e o espalhamento de estilha, sem acumulação de resíduos lenhosos, salvaguardando as espécies nativas (ex.: zambujeiro, aroeira).

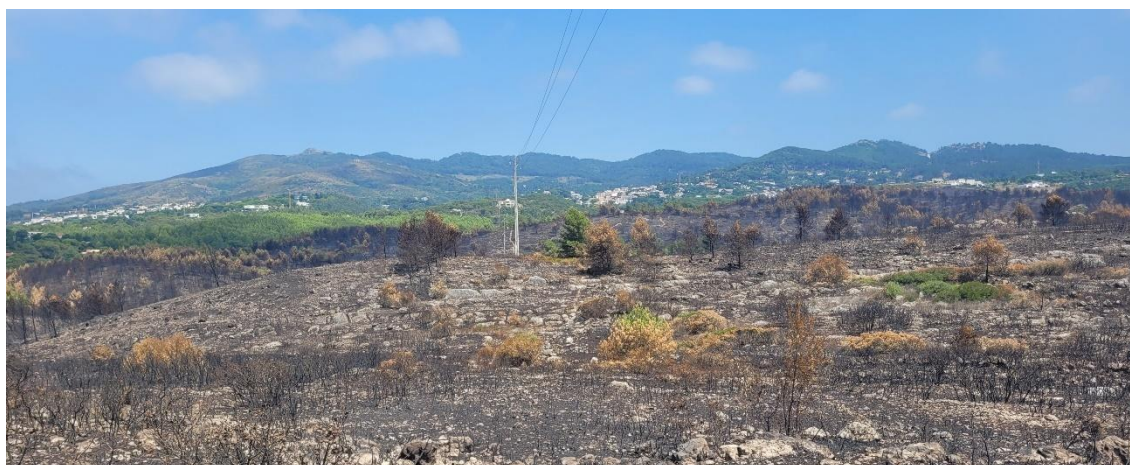


Figura 1 – Exemplo de áreas com declives inferiores a 15° para corte de material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha, sem acumulação de resíduos lenhosos, na faixa de gestão de combustível da rede elétrica.

Nestas áreas, deverão ser seguidas as seguintes orientações de intervenção:

- 1 – Corte rente ao solo da totalidade de árvores e de arbustos adultos (altura superior a 1,5 m) ardidos e com mais de 75% da copa dessecada (em caso de dúvida, esta avaliação será realizada pela equipa técnica da Câmara Municipal de Cascais).
- 2 – No caso de árvores que não estejam totalmente ardidas ou com menos de 75% da copa dessecada, mas que, de acordo com a avaliação técnica da Câmara Municipal de Cascais, determine a existência de risco de queda, deverão também ser cortadas rente ao solo.

- 3 – No caso das espécies folhosas nativas (ex.: zambujeiro, aroeira), com regeneração à data da intervenção suprarreferida, esses exemplares deverão ser preservados e realizada a respetiva poda e/ou desramação, mediante indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais
- 4 – No caso de outras árvores vivas a manter (ex.: pinheiro-de-Alepo) mas com ramos queimados, proceder à poda e/ou desramação dos ramos mortos e, se necessário, de ramos vivos de modo que a árvore fique com a copa equilibrada, mediante indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais
- 5 – No momento do corte, todo o material lenhoso de diâmetro inferior a 25 cm deverá ser estilhado, devendo a estilha produzida ser espalhada homogeneamente por toda a parcela de intervenção de modo a aumentar a cobertura e proteção do solo, sem constituir pilhas de resíduos, salvaguardando as espécies nativas, e cumprir o objetivo de redução do impacto da chuva e fenómenos de erosão associados, bem como a promoção de uma maior disponibilidade de matéria orgânica nas áreas ardidas.
- 6 – No caso de exemplares de material lenhoso com diâmetro superior a 25 cm, o tronco poderá ser traçado em toros com comprimento máximo de 50-70 cm e colocados no solo em faixas paralelas às curvas de nível afastados 100 m das edificações e da rede viária e fora da faixa de proteção da rede elétrica. As pilhas de toros não devem ultrapassar 50 cm de altura e deverá ser sempre assegurado um espaçamento de pelo menos 10 a 15 m entre pilhas de toros. Todos os ramos deverão ser estilhados e a estilha espalhada conforme descrito no ponto anterior, não sendo permitida a acumulação de resíduos lenhosos.
- 7 – As árvores caídas no solo deverão traçadas e os ramos estilhados, no caso de exemplares com diâmetro inferior a 25 cm, ou traçadas em toros com comprimento máximo de 50-70 cm, no caso de exemplares com diâmetro superior a 25 cm, conforme descrito nos pontos anteriores.
- 8 – Caso os proprietários dos terrenos tenham comunicado à Câmara Municipal de Cascais a sua intenção de recolher a madeira queimada que for possível retirar, esta deverá ser cortada e torada conforme indicação do proprietário e deixada no local, fora das faixas de gestão de combustível.

Corte de material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha (40,1 ha)

Em áreas devidamente identificadas em cartografia (Mapa da Área de Intervenção), caracterizadas por um declive inferior a 15º, preconiza-se o corte de material lenhoso ardido, a produção e o espalhamento de estilha, sem acumulação de resíduos lenhosos, salvaguardando as espécies nativas (ex.: zambujeiro, aroeira). Alternativamente, em áreas inacessíveis à estilhaçadora, poderão ser construídas faixas/cordões de resíduos lenhosos e utilizado o corta-mato de martelos para destroçamento dos resíduos, salvaguardando as espécies nativas. No caso de áreas inacessíveis quer à estilhaçadora quer ao trator com corta-mato, poderão ser construídas faixas/cordões de resíduos lenhosos.



Figura 2 – Exemplo de áreas com declives inferiores a 15° para corte de material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha.

Estas parcelas representam a maioria da área de intervenção, para as quais devem ser seguidas as seguintes orientações de intervenção:

- 1 – Corte rente ao solo da totalidade de árvores e de arbustos adultos (altura superior a 1,5 m) arditos e com mais de 75% da copa dessecada (em caso de dúvida, esta avaliação será realizada pela equipa técnica da Câmara Municipal de Cascais).
- 2 – No caso de árvores que não estejam totalmente arditas ou com menos de 75% da copa dessecada, mas que, de acordo com a avaliação técnica da Câmara Municipal de Cascais, determine a existência de risco de queda, deverão também ser cortadas rente ao solo.
- 3 – No caso das espécies de folhosas nativas (ex.: zambujeiro, aroeira), com regeneração à data da intervenção suprarreferida, esses exemplares devem ser preservados, devendo ser realizada a respetiva poda e/ou desramação mediante indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais
- 4 – No caso de outras árvores vivas a manter (ex.: pinheiro-de-Alepo) mas com ramos queimados, proceder à poda e/ou desramação dos ramos mortos e, se necessário, de ramos vivos de modo que a árvore fique com a copa equilibrada, mediante indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais
- 5 – No momento do corte, todo o material lenhoso de diâmetro inferior a 25 cm deverá ser estilhaçado, devendo a estilha produzida ser espalhada homogeneamente por toda a área de intervenção de modo a aumentar a cobertura e proteção do solo, sem constituir pilhas de resíduos, salvaguardando as espécies nativas, e cumprir o objetivo de redução do impacto da chuva e fenómenos de erosão associados, bem como a promoção de uma maior disponibilidade de matéria orgânica nas áreas arditas.
- 6 – Nas áreas inacessíveis à estilhaçadora, mas acessíveis a trator com corta-mato de martelos, todo o material lenhoso de diâmetro inferior a 25 cm deverá ser arrumado em faixas/cordões de resíduos lenhosos, sem os toros de dimensão superior a 25 cm os quais deverão ser arrumados em pilhas conforme indicado no ponto 8, e utilizado o corta-mato de martelos para destroçamento dos resíduos lenhosos, salvaguardando as espécies nativas (ex.: zambujeiro, aroeira).

7 – Unicamente nas áreas inacessíveis, quer à estilhaçadora quer ao trator com corta-mato de martelos, poderão ser construídas faixas/cordões de resíduos lenhosos, com altura máxima de 50 cm e assegurado um espaçamento de pelo menos 20 m entre faixas/cordões.

8 – No caso de exemplares com diâmetro superior a 25 cm, o tronco poderá ser traçado em toros com comprimento máximo de 50-70 cm e colocados no solo em faixas paralelas às curvas de nível. As pilhas de toros não devem ultrapassar 50 cm de altura e ser sempre assegurado um espaçamento de pelo menos 10 a 15 m entre as pilhas de toros. Todos os ramos deverão ser estilhados e a estilha espalhada ou destroçada com corta-mato de martelos, conforme descrito nos pontos anteriores, não sendo permitida a acumulação de resíduos lenhosos.

9 – As árvores caídas no solo deverão traçadas e estilhadas, no caso de exemplares com diâmetro inferior a 25 cm, ou traçadas em toros com comprimento máximo de 50-70 cm, no caso de exemplares com diâmetro superior a 25 cm, conforme descrito nos pontos anteriores.

10 – Caso os proprietários dos terrenos tenham comunicado à Câmara Municipal de Cascais a sua intenção de recolher a madeira queimada que for possível retirar, esta deverá ser cortada e torada conforme indicação do proprietário e deixada no local.

Corte de material lenhoso ardido e construção de barreiras de troncos e ramos difusos (10,7 ha)

Nas áreas com declive superior a 15°, devidamente identificadas em cartografia (Mapa da Área de Intervenção), preconiza-se o corte de material lenhoso ardido e a construção de barreiras de troncos e ramos difusos.



Figura 3 – Exemplo de áreas com declives superiores a 15° para corte de material lenhoso ardido e construção de barreiras de troncos e ramos difusos.

Nestas áreas, deverão ser seguidas as seguintes orientações de intervenção:

1 – Corte rente ao solo da totalidade de árvores e de arbustos adultos (altura superior a 1,5 m) ardidos e com mais de 75% da copa dessecada (em caso de dúvida, esta avaliação será realizada pela equipa técnica da Câmara Municipal de Cascais).

- 2 – No caso de árvores que não estejam totalmente ardidas ou com menos de 75% da copa dessecada, mas que, de acordo com a avaliação técnica da Câmara Municipal de Cascais, determine a existência de risco de queda, deverão também ser cortadas rente ao solo.
- 3 – As barreiras de troncos a construir deverão ser escoradas por estacas ou pelos cepos das árvores ardidas, que deverão ser deixados pontualmente para este efeito, não podendo a barreira de troncos ultrapassar a altura de 70 a 100 cm, devendo ser sempre assegurado um espaçamento de pelo menos 15-20 m entre barreiras.
- 4 – Os ramos deverão ser cortados a pelo menos 50 cm de comprimento e arrumados atrás da barreira, de forma difusa (“escama de peixe”), para garantir uma boa fixação entre eles e garantindo que não permanecem espaçamentos entre o solo e a estrutura de ramos, para evitar a perda de solo por escoamento superficial.
- 5 – Poderão ser utilizadas técnicas mistas, com troncos e ramos difusos, desde que garantindo a devida barreira.
- 6 – Estas barreiras de troncos vão contribuir para reduzir a velocidade da água de escorrência em solo descoberto, minimizando o processo de erosão, nomeadamente através da fixação das partículas finas do solo e do aumento da infiltração, permitindo a retenção de solo.
- 7 – Junto a caminhos ou locais com regeneração de flora nativa no subcoberto (ex.: zambujeiro, aroeira), o abate deverá ser realizado com meios adequados à salvaguarda das espécies indicadas pela Câmara Municipal de Cascais (ex.: escalada e desmanche com motosserra, alternado com máquina processadora de corte).
- 8 – As barreiras deverão ser construídas a uma distância superior a 10 m de estradas, caminhos e linhas de água/ escorrência hídrica.
- 9 – Os caminhos de acesso, que possam eventualmente vir a ser necessários realizar, deverão ser previamente definidos sob a orientação técnica e autorização da Câmara Municipal de Cascais, não podendo o Adjudicatário abrir qualquer caminho sem conhecimento e autorização por escrito da Câmara Municipal de Cascais
- 10 – Imediatamente após a conclusão do trabalho parcelar, que originou a abertura de determinado caminho, o Adjudicatário deverá proceder de acordo com a indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais, no sentido de fechar o acesso e repor o estado prévio ao início dos trabalhos, ou, eventualmente, manter o acesso.
- 11 – Caso os proprietários dos terrenos tenham comunicado à Câmara Municipal de Cascais a sua intenção de recolher a madeira queimada que for possível retirar, esta deverá ser cortada e torada conforme indicação do proprietário e deixada no local.

Desobstrução das margens da Ribeira da Cadaveira e afluentes – corte e remoção do material lenhoso ardido (9,3 ha)

Em áreas devidamente identificadas em cartografia (Mapa da Área de Intervenção), preconiza-se o corte e remoção do material lenhoso ardido das margens da Ribeira da Cadaveira e afluentes.



Figura 4 – Exemplo das margens da Ribeira da Cadaveira para desobstrução de material lenhoso.

Nestas áreas, deverão ser seguidas as seguintes orientações de intervenção:

- 1 – Retirar e, se possível, estilhar todo o material ardido tombado no leito e na envolvente/margem da linha de água, que poderá condicionar o curso natural da água, numa faixa total de 30 m adjacentes. Se necessário, utilizar o material cortado na estabilização das margens e/ou construção de barreiras nas linhas de água.
- 2 – A estilha produzida deverá ser espalhada homogeneamente nas margens da linha de água, afastada 5 m do leito e da linha de água de modo a evitar qualquer obstrução na normal escorrência da água.
- 3 – De modo a salvaguardar a estabilidade das linhas de água e das suas margens, evitando a sua erosão e degradação, não deverá ser utilizada maquinaria pesada (ex.: trator).

Instalação de barreiras de troncos, ramos e pedras na Ribeira da Cadaveira e afluentes (27 barreiras)

A ação erosiva da precipitação poderá levar ao arrastamento de cinzas, solo e vegetação danificada pelo incêndio, e o seu escoamento nas linhas de água, com consequente obstrução e degradação da qualidade da água a jusante da área ardida. Em áreas devidamente identificadas em cartografia (Mapa da Área de Intervenção), proceder à instalação de barreiras na Ribeira da Cadaveira e afluentes visa evitar a contaminação e o assoreamento das linhas de água e das linhas de escorrência.



Figura 5 – Exemplo de linha de água a instalar barreiras de troncos, ramos e pedras.

Na Ribeira da Cadaveira e afluentes, deverão ser seguidas as seguintes orientações de intervenção:

- 1 – Construção de barreiras de troncos, ramos e pedras (pequenas barragens) de correção torrencial na Ribeira da Cadaveira e afluentes (linhas de água temporárias e linhas de escorrência) conforme indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais, com recurso a material ardido (troncos, ramos) e a pedras disponíveis no local. Os troncos deverão ser escorados com estacas.
- 2 – Sendo estas linhas maioritariamente temporárias, com caudal apenas quando ocorre precipitação, a construção e dimensão das barreiras deverá ter em consideração o maior caudal de ocorrência de precipitação. Pretende-se abrandar o escoamento da água, evitando caudais torrenciais.
- 3 – A localização das barreiras na Ribeira da Cadaveira e afluentes poderá ser alterada relativamente à sua localização identificada em cartografia (Mapa da Área de Intervenção) conforme indicação técnica da Câmara Municipal de Cascais

Pessoal

- 1 – O recrutamento, pelo Adjudicatário, do pessoal de qualquer categoria deverá obedecer à legislação portuguesa em vigor, reservando-se a Câmara Municipal de Cascais o direito de solicitar ao Adjudicatário o comprovativo da situação laboral de determinado funcionário, afeto ao contrato celebrado, sempre que se suscitem dúvidas sobre a legalidade da sua contratação.
- 2 – Compete ao Adjudicatário assegurar o acompanhamento permanente por técnico com formação adequada, por forma a garantir o cumprimento de todas as obrigações em matéria de ambiente e de boas práticas florestais.
- 3 – Os trabalhadores, incluindo motorroçadores, motosserristas e os podadores têm de estar habilitados para reconhecer no terreno as espécies vegetais autóctones e endémicas consideradas a manter, bem

como os exemplares a remover/abater, e agir em conformidade, de acordo com a tipologia de intervenção descrita.

4 – O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Câmara Municipal de Cascais

5 – O Adjudicatário é obrigado a pagar ao pessoal, contratado para a prestação de serviços, salários não inferiores à tabela de salários mínimos em vigor.

6 – O Adjudicatário deverá comunicar os salários do seu pessoal afeto ao contrato, aos serviços administrativos da Câmara Municipal de Cascais, sempre que solicitado, enquanto se mantiver em vigor o contrato de prestação de serviços.

7 – Se a Câmara Municipal de Cascais verificar que os meios utilizados pelo Adjudicatário são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos, poderá impor a sua modificação ou a sua substituição, sem custos adicionais.

Boa Conduta Profissional

1 – O Adjudicatário é obrigado a manter nos locais da prestação de serviço a disciplina e a boa ordem dos funcionários contratados, conforme as instruções de conduta institucionalizadas pela Câmara Municipal de Cascais

2 – Os trabalhadores contratados deverão ter uma conduta adequada à função e ao bom-nome do Adjudicatário e da Câmara Municipal de Cascais

3 – A Câmara Municipal de Cascais reserva-se o direito de exigir a substituição de determinado funcionário afeto ao contrato, quando a sua presença se revele prejudicial à execução do contrato ou à boa ordem, por motivos de natureza profissional e/ou disciplinar.

4 – A exigência referida no número anterior será efetuada pela Câmara Municipal de Cascais através da apresentação de um relatório escrito que fundamente a referida exigência. O pedido de substituição não poderá, em caso algum, ser contestado pelo Adjudicatário, e a substituição terá de ser efetuada no prazo que vier a ser imposto pela Câmara Municipal de Cascais

5 – O Adjudicatário é obrigado a notificar a Câmara Municipal de Cascais da sua intenção de demitir ou transferir qualquer funcionário que desempenhe tarefas de responsabilidade na execução do Contrato.

6 – A substituição deverá ser feita por um elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência equivalente ou superior, devendo a admissão do novo elemento ter o acordo prévio da Câmara Municipal de Cascais e não apresentar qualquer encargo adicional para a Câmara Municipal de Cascais

Equipamentos:

Mínimo obrigatório:

- Motosserras
- Estilhaçadoras para processar material lenhoso com diâmetro mínimo de 25 cm
- Guincho e/ou trífido

Facultativo:

- Trator com corta-matos de martelos
- Motorroçadoras
- Processadora de corte

Vestuário de Trabalho e Informação nas Viaturas

- 1 – O pessoal do Adjudicatário adstrito à execução do Contrato deverá apresentar-se fardado uniformemente, devidamente identificado com o logótipo da empresa.
- 2 – O uniforme de trabalho, a ser usado pelos funcionários na execução do Contrato, será da responsabilidade do Adjudicatário.
- 3 – O Adjudicatário será responsável por fornecer aos seus trabalhadores todos os EPI - Equipamentos de Proteção Individual (óculos de proteção, máscaras/viseiras, capacetes, luvas, calças de proteção, entre outros), assim como fazer cumprir o uso dos mesmos, necessários para realização das diversas tarefas e que devem estar de acordo com a legislação em vigor.
- 4 – A Câmara Municipal de Cascais, se assim o entender, poderá parar os trabalhos se os trabalhadores não usarem os respetivos EPI para o desenvolvimento das tarefas adjudicadas.
- 5 – O Adjudicatário deverá colocar nas viaturas afetas à execução do Contrato a informação: “ao serviço da Câmara Municipal de Cascais”.
- 6 – Estas identificações devem ser utilizadas exclusivamente quando o Adjudicatário se encontrar ao serviço da Câmara Municipal de Cascais e nos termos e condições por esta definidas.

Sinalização Viária Temporária

- 1 – O Adjudicatário deverá dispor de material de sinalização e proteção, tais como barreiras de desvio de tráfego temporário, pinos ou cones de demarcação, fita de delimitação e estacas, sendo que tal material deverá ser em número suficiente para uma correta sinalização.
- 2 – Nesta matéria, o Adjudicatário deverá cumprir o estipulado no Regulamento de Sinalização de Trânsito em vigor.

3 – Quando a execução dos trabalhos implique a proibição de estacionamento ou cortes de via, deve o Adjudicatário proceder em conformidade junto da Câmara Municipal de Cascais para obtenção da Licença de Ocupação da Via Pública ou junto das entidades responsáveis pela gestão da ocupação da via pública (ex.: GNR, PSP, Polícia Municipal).

Fiscalização

1 – A Câmara Municipal de Cascais reserva-se o direito de, durante e após a execução do Contrato, e sempre que o entender, realizar vistorias às parcelas da prestação de serviços, a fim de verificar o exato e pontual cumprimento do Contrato. A execução do contrato será acompanhada por técnicos/ colaboradores da Câmara Municipal de Cascais designados para o efeito;

2 – Os trabalhos que não tiverem sido executados segundo os preceitos técnicos estabelecidos no Caderno de Encargos ou por emissão de ordens, diretivas ou instruções da Câmara Municipal de Cascais, em particular os que se reflitam na qualidade do trabalho resultante, deverão ser documentados em autos ou relatórios de fiscalização;

3 – No âmbito da fiscalização prevista na presente Cláusula, serão efetuados pela Câmara Municipal de Cascais relatórios de fiscalização referentes às áreas afetas à prestação dos serviços, relatórios estes que serão notificados ao Adjudicatário;

4 – Após a notificação do relatório, será realizada uma reunião na qual, estando presentes o Adjudicatário e a Câmara Municipal de Cascais, e redigida uma ata que será assinada por ambos, referindo o que foi analisado, discutido e aceite pelo Adjudicatário o conteúdo do relatório, no período a que se refere;

5 – Após o relatório ser considerado aceite pelo Adjudicatário, caso existam situações que violem as Condições Técnicas do Caderno de Encargos, este tem 2 (dois) dias úteis para apresentar por escrito, as soluções que considerar convenientes e o período estritamente necessário para a regularização das mesmas;

6 – Se o Adjudicatário não justificar ou apresentar soluções para regularizar as situações que não se encontrem em conformidade com o Caderno de Encargos e/ou com o Contrato, será notificado pela Câmara Municipal de Cascais com uma advertência;

7 – Por cada mês que passe e a violação ao Caderno de Encargos e o Contrato se mantenha, o Adjudicatário será notificado da advertência. A acumulação de três advertências poderá levar à rescisão imediata do Contrato por iniciativa da Câmara Municipal de Cascais;

8 – A situação considera-se regularizada quando o Adjudicatário notificar a Câmara Municipal de Cascais da data da regularização e, após verificação conjunta, do Adjudicatário e da Câmara Municipal de Cascais, da situação normalizada.

Responsabilidade por Danos Materiais e Humanos

- 1 – O Adjudicatário será responsável por todos os danos causados pelos seus funcionários no âmbito do Contrato, designadamente nas infraestruturas existentes (caminhos florestais, minas ou caixas de água, portões, vedações entre outros), devendo repor a situação existente no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito horas).
- 2 – O Adjudicatário deverá proceder, a expensas suas, à reparação, reposição com urgência e indemnização de todos os prejuízos ou danos causados a terceiros ou à Câmara Municipal de Cascais por motivos que lhe sejam imputáveis.
- 3 – O Adjudicatário deverá dar conhecimento imediato e por escrito à Câmara Municipal de Cascais de todos os danos causados.
- 4 – Os danos resultantes por trabalhos em curso, aos quais o Adjudicatário seja alheio, como a reparação ou instalação de infraestruturas gerais que envolvam abertura de valas, deverão ser igualmente comunicados por escrito à Câmara Municipal de Cascais (caso se justifique, com fotografias), devendo fazer prova da sua não responsabilidade, a fim de a Câmara Municipal de Cascais tomar as medidas necessárias, conducentes à reposição da situação inicial.
- 5 – O Adjudicatário obriga-se a manter permanentemente os caminhos sem resíduos lenhosos e transitáveis e as valetas limpas e sem resíduos lenhosos;
- 6 – O Adjudicatário obriga-se a manter permanentemente as linhas de água e de escorrência hídrica sem resíduos lenhosos;
- 7 – Todas as situações, incluindo fornecimento de fitofármacos e sinalização da regeneração de flora nativa a salvaguardar, serão da responsabilidade do Adjudicatário.
- 8 – A responsabilidade proveniente de acidentes de trabalho pertence exclusivamente ao Adjudicatário.
- 9 – Sempre que o Adjudicatário considere impeditiva uma correta salvaguarda do equipamento ou instalação, ou da manutenção do espaço, objeto deste Contrato, segundo os moldes especificados no presente Programa, deverá ser transmitida à Câmara Municipal de Cascais com antecedência, para que esta indique quais as medidas que a empresa deverá adotar com vista à resolução das situações.
- 10 – No que se refere ao cumprimento das leis vigentes ou às determinações das entidades públicas ou dos corpos administrativos, todas as sanções pecuniárias resultantes da responsabilidade dos trabalhos, pertence, exclusivamente, ao Adjudicatário.

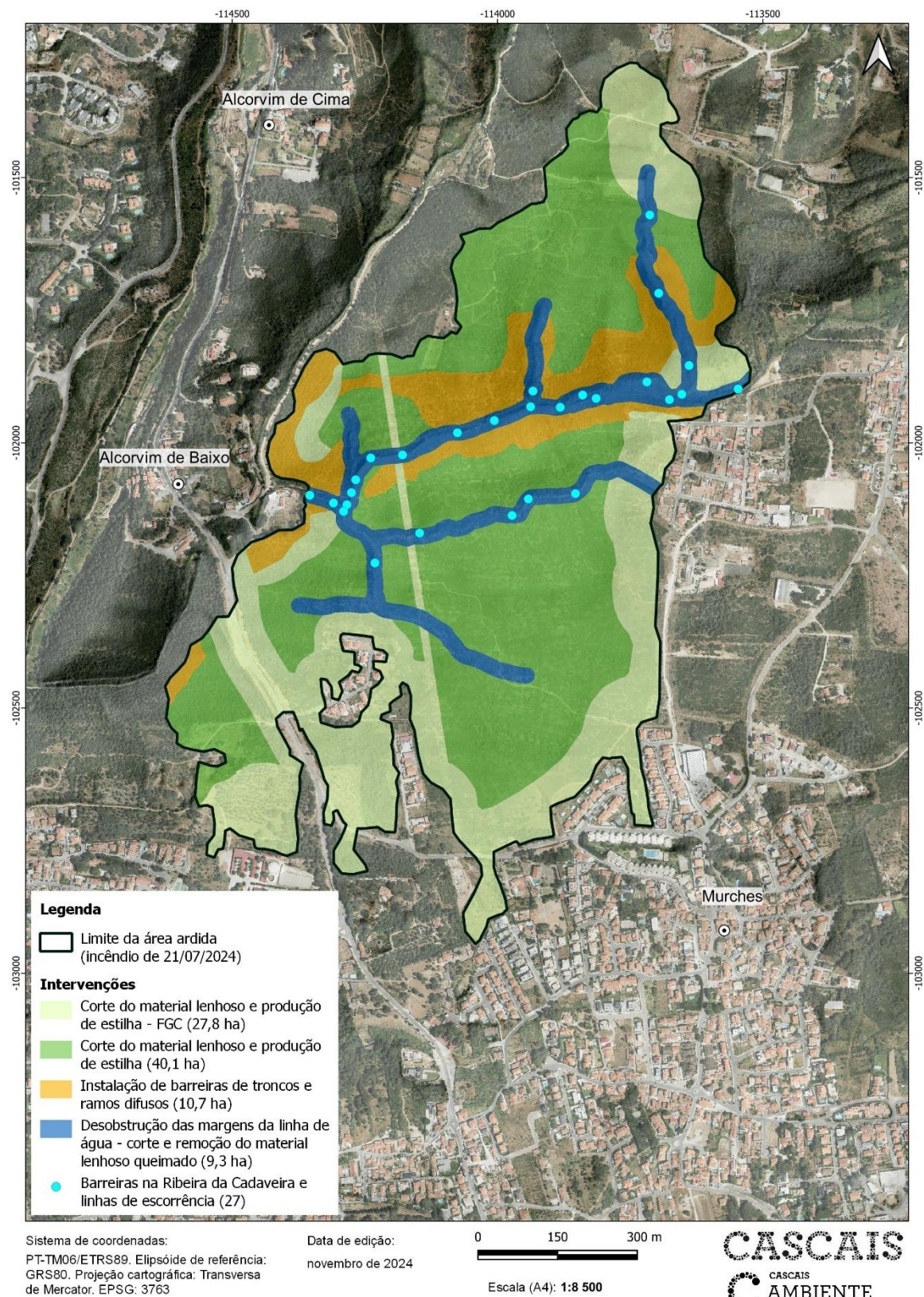
Obrigações do Adjudicatário

Para além das orientações de gestão descritas na cláusula anterior, o adjudicatário compromete-se ainda a:

- 1 – Realizar todos os trabalhos de acordo com as boas práticas florestais.

- 2 – Utilizar de forma correta e permanente os equipamentos de proteção individual (EPI).
- 3 – Manter permanentemente os caminhos limpos e transitáveis e as valetas livres de vegetação, resíduos lenhosos e outros detritos.
- 4 – Manter permanentemente as linhas de água/escorrência hídrica livres de vegetação, resíduos lenhosos e outros detritos.
- 5 – Tomar todas as precauções necessárias à salvaguarda da fauna protegida existente na zona, particularmente, as aves de rapina e locais de nidificação.
- 6 – Repor, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito horas), qualquer dano causado durante os trabalhos nas infraestruturas existentes (caminhos florestais, minas ou caixas de água, portões, vedações entre outros).
- 7 – Fornecer e colocar todas as sinalizações necessárias para assegurar que a população sofra o menor transtorno possível com a execução dos trabalhos.
- 8 – Assegurar, em todas as viaturas e em local bem visível, a existência de uma placa onde esteja indicado o nome da empresa, o respetivo contacto e ainda a indicação de que esta se encontra ao serviço da Câmara Municipal de Cascais
- 9 – Assegurar o cumprimento de medidas de controlo fitossanitário, formalização do “Manifesto de Abate, Desramação e Circulação de Madeiras de Coníferas”, a que se refere o artigo 6º, do Decreto-Lei nº. 123/2015, de 3 de julho, o qual é de preenchimento prévio obrigatório, sempre que se proceda ao abate, ao abate e transporte, ou ao transporte de material lenhoso proveniente do abate de coníferas hospedeiras de nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (NMP) no território continental, ou à desramação de coníferas hospedeiras de NPM no território continental.

MAPA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



Lote 3:

Introdução

O território rural/florestal do concelho de Cascais, mais propriamente nos planaltos de maciços calcários (Zambujeiro, Murches, Charneca, Cabreiro, Atrozela, etc.) apresenta atualmente uma cobertura vegetal de temperamento xerófilo, com espécies adaptadas aos ecossistemas secos e áridos, propícios a comportamentos negativos ao fogo, potenciando a elevada propagação aos incêndios. São exemplo destas espécies, as vastas áreas contínuas de manchas de pinheiro de Aleppo, espécie originária da bacia mediterrânica, nomeadamente Grécia, Tunísia, Espanha, Itália, Jugoslávia, Albânia, Turquia e Síria, zonas palco de grandes incêndios nas últimas duas décadas, situação esta, agravada pela subida das temperaturas originadas pelas alterações climáticas.

Este território rural/florestal constituído essencialmente por prédios rústicos privados, apresentam pouca ou nenhuma rentabilidade para os seus proprietários, são terrenos pobres, de solos esqueléticos e pedregosos, verificando-se um claro abandono deste território, condição propícia para a dispersão das manchas de pinheiro de Aleppo e subsequentemente do aumento da perigosidade aos incêndios florestais.

Uma das formas de mitigação do aumento da perigosidade aos incêndios neste território é a realização de faixas de gestão de combustíveis florestais nas imediações dos aglomerados populacionais e ao longo das faixas laterais da rede viária (estradas e caminhos), conforme estabelecido no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Decreto-Lei n.º 82/2021), no que diz respeito à realização de Redes de Defesa (Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis).

Objetivo

Tendo em conta a realidade do concelho no que respeita ao risco de incêndio florestal, a presente aquisição de prestação de serviços tem por objetivo a melhoria das condições de resiliência aos riscos de ignição e propagação de incêndios florestais junto aos aglomerados populacionais de Quenena, Atrozela, Malveira da Serra, Janes e Aldeia de Juso, na melhoria da segurança para a circulação com a minimização dos riscos de propagação de incêndios ao longo da Estrada da Malveira da Serra, da Rua Marquês de Angeja (Estrada do Pisão - Alcabideche), do Caminho dos Urumais (Janes) e da Rua da Tomelilla (Biscaia), promovendo-se desta forma, por um lado, a segurança para os aglomerados populacionais em caso de ocorrência de eventuais incêndios, por outro lado, reduzir o potencial de propagação de incêndios entre os dois lados das vias, obtendo-se para o efeito, zonas de oportunidade para o combate aos incêndios, possibilitando e facilitando a operacionalização dos meios de combate.

As operações a considerar nas faixas estipuladas nas imediações dos aglomerados populacionais e ao longo das estradas e caminhos referidos são: corte total de vegetação herbácea, limpeza seletiva de matos, podas e desramações, corte de invasoras lenhosas com desvitalização de toiças (para erradicação definitiva do rebentamento de exóticas), erradicação do canavial e controlo químico do rebentamento do mesmo, abate e remoção dos exemplares de pinho de Aleppo de diâmetros (DAP) inferiores a 30 cm (corte seletivo e remoção de árvores), poda dos exemplares arbóreos e arbustivos a conservar (folhosas autóctones), remoção de lixos, entulhos e resíduos vegetais, nomeadamente, os resultantes da realização dos trabalhos.

Locais (FGC - Faixas de Gestão de Combustíveis)

As áreas a intervencionar situam-se na freguesia de Alcabideche, Cascais e S. Domingos de Rana.

Freguesias	ÁREAS (ha)
Alcabideche	19,7
Cascais	5,9
São Domingos de Rana	1,8
Total	27,4 ha

Em anexo ao presente caderno técnico de encargos encontra-se a cartografia das Faixas de Gestão de Combustíveis para as três freguesias.

O adjudicatário tem de se inteirar do local da prestação de serviços, de todos os trabalhos necessários, e proceder ao respetivo planeamento, apresentando ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC) / Unidade Técnica Florestal (UTEF) todas as dúvidas, pedidos de esclarecimento e marcação de visitas através do número de telefone 214815855.

A Câmara Municipal de Cascais, através do SPC / UTEF, salvaguarda-se o direito de alterar os locais de execução das intervenções, por outros com a mesma área e de características idênticas.

A duração máxima do contrato para a realização dos trabalhos é de 365 dias consecutivos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Definição dos trabalhos

Objetivos dos trabalhos

Com os trabalhos preconizados para estas faixas de gestão de combustíveis (FGC), pretende-se obter uma seleção mais criteriosa da vegetação atualmente existente, por forma a promover-se a criação de zonas mais resilientes aos incêndios florestais. A criação de faixas mais extensas, com a respetiva redução de combustíveis (carga de biomassa) para estas áreas, resultando numa diminuição dos riscos de ignição e propagação de incêndios, contribuindo para que estas faixas possam representar zonas de defesa e de oportunidade ao combate a eventuais incêndios florestais.

Caracterização dos locais de intervenção

As faixas propostas têm diferentes características relativamente às condições do terreno e à vegetação existente.

As áreas envolventes aos aglomerados populacionais de Quenena, Atrozela, Malveira da Serra, Janes e Aldeia de Juso, são caracterizadas por terrenos muito declivosos com uma vegetação composta essencialmente por exemplares adultos de **pinheiros-do-Alepo** (*Pinus halepensis*), **pinheiros-bravos** (*Pinus pinaster*), **zambujeiros** (*Olea europaea* var. *sylvestris*), **acácias** (*Acacia* sp.), **pitósporos** (*Pittosporum undulatum*), **carrasco** (*Quercus coccifera*), **tojo** (*Ulex* sp.), **aroeiras** (*Pistacia lentiscus*), **adernos** (*Phillyrea latifolia*), **sanguinhos** (*Rhamnus alaternus*), **silvado** (*Rubus ulmifolius*) e **cana-do-reino** (*Arundo donax*). As faixas de Quenena apresentam particularmente muitas manchas de **cana-do-reino** (*Arundo donax*).

As áreas definidas pelas faixas laterais dos caminhos rurais e estradas municipais, Estrada da Malveira da Serra, Rua Marquês de Angeja (Estrada do Pisão - Alcabideche), Caminho dos Urumais (Janes) e Rua da Tomelilla (Biscaia), são caracterizadas na sua maioria por taludes declivosos, apresentando muitos afloramentos rochosos.

A vegetação para estas faixas é composta por diversas espécies arbóreas: exemplares adultos de **pinheiro-do-Alepo** (*Pinus halepensis*), **pinheiros-bravos** (*Pinus pinaster*), **eucaliptos** (*Eucalyptus globulus*), **acácias** (*Acacia* sp.), **zambujeiros** (*Olea europaea* var. *sylvestris*) e diversas espécies arbustivas: **carrasco** (*Quercus coccifera*), **tojo** (*Ulex* sp.), **aroeiras** (*Pistacia lentiscus*), **adernos** (*Phillyrea latifolia*), **sanguinhos** (*Rhamnus alaternus*), **medronheiro** (*Arbutus unedo*), **silvado** (*Rubus ulmifolius*), **Cana-do-reino** (*Arundo donax*), etc.

Definição e caracterização geral das operações a desenvolver

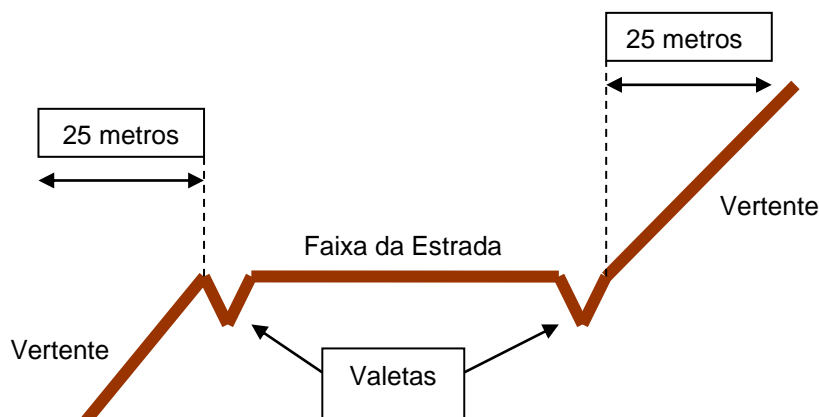
Em todos as faixas

O resultado que se pretende com estas intervenções de gestão de combustíveis, para além da seleção da vegetação, de forma a promover-se as espécies autóctones é também a redução do material vegetal de maior combustibilidade ao longo destas áreas, tal implicará o corte e remoção total dos exemplares arbóreos e arbustivos de espécies invasoras lenhosas (acácias, eucaliptos) com desvitalização química das toijas, remoção da vegetação arbustiva infestante (canas, silvas, acácias, tojo, cortadeiras, etc.), corte e remoção dos exemplares arbóreos de Pinho-de-Alepo com diâmetros (DAP) inferiores a 30 cm, poda e controlo de densidades dos exemplares de zambujeiro, dos carrascos, aroeiras, sanguinhos e adernos, devendo as mesmas perfazerem núcleos, com afastamento de 4 m.

Durante o corte inicial das invasoras lenhosas, dever-se-á pincelar as toijas das mesmas com uma solução aquosa de 50% herbicida sistémico. Após a intervenção de remoção de infestantes lenhosas (acácias, pitósporos, eucaliptos) e a limpeza das infestantes (canas, silvas, cortadeiras, etc), terá posteriormente que ser realizado um controlo do rebentamento das mesmas através de aplicação foliar de herbicida sistémico, que terá que ser realizado logo que a rebentação das mesmas atinja em média 50cm de altura, com repetição da aplicação alguns meses após a primeira aplicação.

A faixa de gestão de combustíveis a realizar ao longo dos caminhos e estradas, **terá de cumprir sem exceção, no mínimo 15m em projeção horizontal, contados a partir da parte exterior da valeta das estradas ou caminhos**, conforme figura em baixo.

Especificidade das operações a desenvolver



- 1 A intervenção deve, quando pertinente, incluir a prévia marcação no terreno.
- 2 Durante o corte seletivo da vegetação, os respetivos cepos devem ficar rentes ao solo, apresentando um corte com superfície lisa.
- 3 Devido à natureza do terreno (declive e pedregosidade) e da vegetação, os trabalhos de corte de vegetação devem ser efetuados com meios manuais ou moto-manuais.
- 4 O material vegetal cortado, poderá ser triturado, estilhaçado no local ou removido para local da responsabilidade do adjudicatário.
- 5 No momento do corte de todos os exemplares de invasoras lenhosas (acácias, pitósporos, eucaliptos) é necessário a pincelagem dos respetivos cepos, com herbicida sistémico, numa diluição em água de proporção 50/50, com adição de corante azul ou verde, para sinalização dos cepos tratados.
- 6 Qualquer dano causado durante os trabalhos nas infraestruturas existentes (asfalto da faixa de rodagem, caixas de águas, vedações, cabos elétricos, cabos de comunicações, entre outros) é da responsabilidade do adjudicatário, devendo repor a situação existente.
- 7 Em determinados troços de estradas verifica-se a existência de cabos de rede elétrica, iluminação e comunicações, que podem condicionar os trabalhos, o que exigirá cuidados especiais, sendo da responsabilidade do adjudicatário caso se verifique necessidade, o contacto atempado com as entidades gestoras das redes de eletricidade e comunicações.

Para a rede elétrica, deverá ser contactada a EDP Distribuição, Energia SA, através da linha de apoio 800 506 506 ou na morada Rua Camilo Castelo Branco 43, 1050-044 LISBOA, no caso de rede de comunicações, deverá ser contactada a Portugal Telecom SA. Avenida Fontes Pereira Melo Bloco A-40, 1069-300 LISBOA, telefones 213 148 154/ 215 002 000/ 215 003 749.

- 8 Para os trabalhos de gestão de combustíveis em alguns troços de estradas municipais, na operação de abate dos exemplares de pinheiros, eucaliptos e acácias, será necessário a utilização de plataforma elevatória ou carro cesto, pelo que, será necessário proceder ao condicionamento/controlo de trânsito,

com cortes provisórios ou alternados das faixas de circulação. Para efeitos de condicionamento de trânsito, o adjudicatário terá de elaborar um Plano de Sinalização, solicitar atempadamente um parecer da Guarda Nacional Republicana (GNR), ficando a cargo da Unidade Técnica Florestal, o pedido de autorização de ocupação de via pública à Divisão de Trânsito desta Câmara Municipal. Serão por conta do adjudicatário os custos necessários com a contratação da GNR para o controlo e condicionamento de trânsito.

Seleção e remoção dos exemplares arbóreos

Remoção total dos exemplares das espécies lenhosas invasoras, dos exemplares de pinho-de-Alepo com diâmetros (DAP) inferiores a 30 cm e dos exemplares de eucaliptos, poda e controlo das densidades dos exemplares de zambujeiros, devendo os mesmos ficar com afastamentos de 4 m entre si.

Pincelagem imediata de todos os cepos de eucaliptos, acácias e pitósporos.

Salienta-se que para a operação de abate de alguns exemplares arbóreos junto a estradas municipais, será indispensável a utilização de equipamento elevatório (plataforma elevatória, carro cesto ou barquinha) por forma a possibilitar o desmanche destas árvores junto á estrada, sem causar quaisquer danos nos cabos elétricos, nos cabos de iluminação ou nos cabos de telecomunicações.

Para esta operação será necessário proceder-se ao condicionamento de trânsito, o qual que ficará a cargo do adjudicatário dos trabalhos.

Limpeza seletiva de matos

Limpeza seletiva de matos incidindo nos exemplares de **carrasco, tojo, sargaço, silva, canas, urze e giesta**, preservando exemplares de **zambujeiros, aroeiras, adernos, sanguinhos, pilriteiros, loureiros**, (**carrascos e giestas** de maior porte), **carvalho-cerquinho, sobreiros**, ou outras espécies autóctones que possam contribuir para a biodiversidade da vegetação nestas faixas e que tenham melhor comportamento ao fogo, conforme características dos **carvalhos** (*Quercus* spp.), **azinheiras** (*Quercus rotundifolia*), **azevinhos** (*Ilex aquifolium*), **medronheiros** (*Arbutus unedo*), **folhados** (*Viburnum tinus*), **murtas** (*Myrtus* spp.).

Tabela 1 - Vegetação arbustiva, os exemplares das seguintes espécies deverão ser conservados, sempre que possível, e desramados quando apresentarem porte para tal:

Nome vulgar	Nome científico
Aroeira	<i>Pistacia lentiscus</i>
Zambujeiro	<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>
Medronheiro	<i>Arbutus unedo</i>
Pilriteiro	<i>Crataegus monogyna</i>
Loureiro	<i>Laurus nobilis</i>

Folhado	<i>Viburnum tinus</i>
Sanguinho	<i>Rhamnus alaternus</i>
Lentisco, aroeira	<i>Pistacia lentiscus</i>
Carrasco	<i>Quercus coccifera</i>
Murta	<i>Myrtus communis</i>
Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i>

Espécies invasoras

Todos os exemplares de espécies invasoras (acácias, pitósporos, háqueas e eucaliptos) devem ser eliminados e os respetivos cepos devem ser pincelados com calda composta de 50% de água e 50% de herbicida sistémico e utilizar corante (azul e/ou verde) para sinalizar os cepos tratados.

Poda e desramação

Podas de formação e desramação, bem como corte de ramos secos, até 3 metros ou 1/3 de altura, nas árvores e arbustos a manter, sempre que se justifique, especialmente nos zambujeiros, carrascos, aroeiras, sanguinhos.

Proceder aos cortes com motosserra (ou serrote/alicate de poda para diâmetros reduzidos), apresentando a área de corte lisa, rente ao tronco, conforme a espécie, em ângulo correto que respeite o colo do ramo, não danificando, e por forma a não provocar feridas ou arranque de casca fora da área de corte. No caso de eliminação ou encurtamento de grandes ramos, estes serão cortados em secções progressivas. Todas as feridas do corte serão de superfície lisa.

Tratamento de sobrantes

Todos os sobrantes, produzidos ou previamente existentes, deverão ser estilhaçados ou removidos da área de intervenção.

- Os matos de diâmetros reduzidos deverão ser triturados recorrendo a motorroçadoras;
- Os matos de maiores diâmetros, a ramagem das árvores cortadas e as ramadas provenientes das podas deverão ser triturada através da utilização de estilhaçadora, devendo a respetiva estilha ficar espalhada no terreno;

Quando se proceda à remoção dos resíduos, o(s) depósito(s) deve(m) cumprir o estipulado no ponto 9 do Artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Controlo da regeneração e rebentamento de infestantes e invasoras

Após a realização de todas as operações de abate e remoção de árvores, das podas e desramações, da limpeza seletiva de matos e dos exemplares arbustivos, será posteriormente necessário realizar uma monitorização e controlo da regeneração/ rebentamento dos exemplares de infestantes e invasoras.

O controlo será realizado com recurso à utilização de herbicida sistémico numa diluição de 3% de concentração. A operação deverá ser realizada posteriormente, após os exemplares de **cana-do-reino** (*Arundo donax*), **erva-das-pampas** (*Cortaderia selloana*), **acácias** (*acacia* sp.), **eucaliptos** (*Eucalipto globulus*), **pitósporos** (*Pittosporum undulatum*) e **háqueas** (*Hakea salicifolia*), atingirem uma altura de rebentação com aproximadamente 50cm de altura, com repetição desta aplicação, numa segunda vez alguns meses após o primeiro controlo.

Esta intervenção deverá ser realizada em dois momentos distintos, que correspondem a dois diferentes ciclos vegetativos, o momento de controlo da rebentação/regeneração dos exemplares de **cana-do-reino** (*Arundo donax*) e as **erva-das-pampas** (*Cortaderia selloana*) será realizado mais cedo que o controlo das invasoras lenhosas (acácias, eucaliptos, pitósporos e háqueas), resultado dos diferentes ciclos biológicos das espécies em questão, pelo que, o momento para concretização da operação de controlo terá que se adaptar aos diferentes ciclos biológicos das espécies em questão.

Acompanhamento técnico

O presente projeto será acompanhado por técnicos da empresa adjudicatária, com formação adequada para o efeito garantindo-se, desta forma, a aplicação das boas práticas florestais.

Por acompanhamento técnico entende-se:

- Elaboração da proposta;
- Marcação e delimitação das faixas e operações no terreno;
- Acompanhamento dos trabalhos com registo fotográfico;
- Fiscalização do cumprimento do caderno de encargos;
- Garantia do cumprimento das boas práticas florestais.

Restrições aos trabalhos

Segundo o do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro, durante o período crítico, é obrigatório que as máquinas de combustão interna e externa a utilizar, onde se incluem todo o tipo de tratores, máquinas e veículos de transporte pesados, sejam dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés, e estejam equipados com um ou dois extintores de 6kg, de acordo com a sua massa máxima, consoante esta seja inferior ou superior a 10.000kg.

Os trabalhos devem respeitar restrições idênticas no caso de alteração legislativa.

Os trabalhos deverão ser interrompidos aquando emitidos despachos pelo governo, que restringem as intervenções em espaços florestais.

Em todas as linhas de água devem ser mantidos e preservados os exemplares de vegetação arbórea ripícola, como sejam **freixos** (*Fraxinus angustifolia*), **choupos** (*Populus* spp.), **amieiros** (*Alnus* spp.), **ulmeiros** (*Ulmus* spp.) e **salgueiros** (*Salix atrocinerea*), podendo ser necessário manter faixas de vegetação de 5m a 10m (cinco a dez metros) de largura ao longo das margens, sendo as intervenções reduzidas ao mínimo, e avaliadas caso a caso.

Calendarização das Intervenções

Quadro 1 – Intervenções a realizar e descrição das ações para cada uma das etapas de execução.

Março 2026 a Junho 2026	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção e remoção dos exemplares arbóreos, com pincelagem das toiças das invasoras lenhosas. - Podas e desramações dos exemplares a manter - Limpeza seletiva de matos, com pincelagem das toiças das invasoras lenhosas
Agosto 2026	<ul style="list-style-type: none"> - 1.º Controlo das infestantes, com aplicação localizada de herbicida sistémico, no rebentamento dos exemplares de: cana-do-reino (<i>Arundo donax</i>), erva-das-pampas (<i>Cortaderia selloana</i>).
Outubro 2026	<ul style="list-style-type: none"> - 2.º Controlo das infestantes e invasoras, com aplicação localizada de herbicida sistémico, no rebentamento dos exemplares de: cana-do-reino (<i>Arundo donax</i>), erva-das-pampas (<i>Cortaderia selloana</i>). - 1.º Controlo da regeneração das invasoras lenhosas, com aplicação localizada de herbicida sistémico (3% de diluição) nas toiças em rebentamento e nas plântulas entretanto surgidas dos exemplares de: eucaliptos, acácias, pitósporos e háqueas.
Março 2027	<ul style="list-style-type: none"> - 2.º Controlo da regeneração das invasoras lenhosas, com aplicação localizada de herbicida sistémico (3% de diluição) nas toiças em rebentamento e nas plântulas entretanto surgidas dos exemplares de: eucaliptos, acácias, pitósporos e háqueas.

Quadro 2 – Designação das etapas para as intervenções a realizar.

Fases de Execução	Período de execução (mês/ano)
1.ª Fase	Março 2026 a Junho 2026
2.ª Fase (durante o 2º mês após término da 1.ª Fase)	Agosto 2026
3.ª Fase (durante o 4.º mês após a 1.ª Fase)	Outubro 2026
4.ª Fase (após o 8.º mês da 1.ª Fase)	Março 2027

Condições e execução dos trabalhos

Subadjudicatários e tarefeiros

A responsabilidade pela execução de todos os serviços prestados incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada pela Câmara Municipal de Cascais (CMC), não reconhecendo esta última, senão para os efeitos indicados expressamente na lei ou neste caderno de encargos, a existência de quaisquer outros intervenientes que trabalhem por conta ou em combinação com o adjudicatário.

Caso se confirme a necessidade do adjudicatário recorrer, por razões de natureza excecional, à subadjudicação ou execução de tarefa específica por terceiros, requererá, para os casos em que tal não esteja claramente indicado na sua proposta, prévia autorização à CMC, através da Unidade Técnica florestal do Serviço Municipal de Proteção Civil (UTEF/SPC), indicando o subadjudicatário ou tarefeiro a que pretende recorrer, fazendo acompanhar esse pedido dos elementos comprovativos da necessidade invocada e da capacidade, competência e mérito técnico dos mesmos.

A Câmara Municipal de Cascais reserva-se o direito de aceitar, ou não, as propostas indicadas no parágrafo anterior, sem ter de justificar tal resolução, não acarretando, por outro lado, a sua aceitação, qualquer diminuição de responsabilidade do adjudicatário.

A Câmara Municipal de Cascais reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subadjudicatário ou tarefeiro, no caso de se verificar a falta de garantia de boa execução dos seus serviços.

As subcontratações e tarefas que figurem no contrato, por condições da proposta adjudicada, serão realizadas nas condições nela previstas, não podendo o adjudicatário proceder à substituição dos respetivos subadjudicatários ou tarefeiros sem a aprovação prévia da Câmara Municipal de Cascais para o efeito.

Nos contratos de subadjudicatários e tarefeiros, os interesses da CMC deverão ficar garantidos, em condições idênticas às estipuladas no contrato da própria prestação de serviços, devendo ser previamente submetidos à sua aprovação.

Horários de trabalho e calendarização das operações

Uma vez que os locais de execução dos trabalhos são próximos de zonas residenciais, o horário de trabalho deverá salvaguardar o cumprimento da legislação sobre o ruído.

O adjudicatário terá de apresentar um mapa de calendarização dos trabalhos em que incluirá:

- Previsões de pessoal para a realização dos trabalhos e onde conste um organigrama funcional com as categorias de cada um deles;
- Prazo de execução total e prazos parciais por trabalho a executar;
- Relação de veículos e equipamento previstos para a execução dos trabalhos.

Sinalização das áreas onde se realizarão os trabalhos e controle de passagem de viaturas

Para que a população possa ser avisada atempadamente dos trabalhos que irão decorrer, o adjudicatário terá de sinalizar as áreas e troços onde se vão realizar os trabalhos, alertando os munícipes sobre quais e onde os trabalhos a serem realizados.

Compete ao adjudicatário o fornecimento de todas as sinalizações necessárias para a segurança da população e assegurar que a mesma sofra o menor transtorno possível com a execução dos trabalhos.

Pessoal e equipamentos

O adjudicatário realizará este serviço com os meios humanos, equipamentos e técnicas que julgar mais convenientes, devendo os meios mecânicos ser sujeitos a prévia autorização do SPC. Compete ao adjudicatário o fornecimento de todas as máquinas, ferramentas e utensílios necessários à execução dos trabalhos e também por todos os transportes.

Na proposta a apresentar deverá estar indicado o equipamento e os meios humanos adstritos à obra a tempo inteiro: o número de trabalhadores, as tarefas de cada elemento e o perfil do responsável técnico adstrito à obra a tempo inteiro, dos podadores e o da empresa. Estes estarão devidamente justificados na proposta a apresentar, obrigando-se em caso de lhe ser adjudicado o trabalho, ao seu cumprimento.

As propostas deverão indicar ainda a existência de, pelo menos, 1 (um) operário não especializado para dar apoio no solo à recolha, corte, estilhaçamento e disposição dos resíduos, e de, pelo menos, 1 (um) ajudante encarregue de assegurar a segurança da obra.

Salienta-se, no entanto, que o pessoal que será efetivamente considerado como o necessário pelo SPC, será o que, em cada situação, permitir que o trabalho se desenvolva com segurança.

Fiscalização e controle dos trabalhos

A CMC notificará o adjudicatário da identificação dos agentes que designe para fiscalização dos trabalhos que estarão dependentes do Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC), do mesmo modo que o adjudicatário nomeará o seu representante.

O SPC reserva-se o direito de fiscalizar os trabalhos durante a sua execução sempre que o entender, de levar a efeito visitas ao local, a fim de verificar se o trabalho está a ser realizado de acordo com o estipulado neste caderno de encargos.

Qualquer situação imprevista e não imputável ao adjudicatário, que obste ao bom e regular andamento dos trabalhos a executar no âmbito do presente procedimento, terá de ser de imediato comunicado por escrito à fiscalização. A esta caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a normal execução dos trabalhos.

Segurança dos trabalhadores e prejuízos

Todos os trabalhadores, incluindo os que se encontram no solo, estarão obrigatoriamente equipados com os meios de segurança e proteção individual, indicados para cada tipo de trabalho, pela legislação vigente.

Todos os funcionários terão de estar identificados e fardados. Qualquer acidente que decorra do não cumprimento do acima descrito será da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, devendo o dono de obra ser imediatamente informado.

Se os trabalhos a executar forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o adjudicatário comunicará este facto à fiscalização com mais de 72h (setenta e duas horas) de antecedência, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

O adjudicatário terá de tomar todas as precauções necessárias para evitar acidentes e prejuízos de toda a ordem.

Correrá por conta do adjudicatário, que se considerará para o efeito o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao adjudicatário e que resultem da própria natureza da prestação de serviços, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, quer seja em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do adjudicatário, do deficiente comportamento ou falta de segurança dos materiais e equipamentos. Logo após o acidente, o adjudicatário terá de diligenciar, para que seja feita a reparação de qualquer estrago que ocorra. Só em casos devidamente justificados, a CMC poderá aceitar que a reparação não seja concluída em menos de 48h (quarenta e oito horas). Também, imediatamente após o acidente, e independentemente da importância deste, o SPC terá de ser informado da ocorrência por escrito. A CMC considera inadmissível, vir a tomar conhecimento destas situações através dos munícipes.

Situação laboral

A situação laboral de todos os trabalhadores deverá estar conforme a legislação de trabalho em vigor. A CMC reserva-se o direito de zelar pelo cumprimento da legislação referida e de, sempre que se verifiquem situações de incumprimento, suspender os trabalhos e conduzir a denúncia às autoridades competentes.

Alterações dos trabalhos e cumprimento dos prazos

Em qualquer caso de omissão ou de alterações de trabalhos será estabelecido um acordo escrito com a fiscalização.

Sempre que a empresa for impedida de trabalhar devido a condições climatéricas ou de acordo com a legislação em vigor, a fiscalização terá de ser informada por escrito, para que esses dias não contem como tempo de trabalho, tendo o adjudicatário direito a prorrogação de prazo do contrato por período a combinar, e no mínimo igual ao da suspensão dos trabalhos.

Sempre que a empresa sofra atrasos na execução dos trabalhos, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a contar da data em que tomou conhecimento da ocorrência, informar por escrito a fiscalização, a fim de a CMC ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

Outros encargos

Do adjudicatário

O adjudicatário terá sempre que zelar pelo bom relacionamento com os munícipes, mantendo uma imagem digna da empresa e dos serviços municipais que representa.

Considera-se encargo do adjudicatário, promover o seguro da execução dos trabalhos de acordo com a legislação em vigor.

Em todas as viaturas terá de existir, em local bem visível, uma placa onde esteja indicado o nome da firma, o respetivo contacto, e ainda a indicação de que esta se encontra "Ao serviço da Câmara Municipal de Cascais".

Os trabalhadores, especialmente o técnico responsável, mas também os motorroçadores, motosserristas e os podadores têm de estar habilitados para reconhecer no terreno as espécies vegetais consideradas a manter, a remover/ abater e as exóticas de carácter invasor, e agir em conformidade, de acordo com o referido no presente caderno de encargos.

O adjudicatário deverá tomar todas as precauções necessárias à salvaguarda da fauna protegida existente na zona, nomeadamente, as aves e locais de nidificação.

O adjudicatário obriga-se a manter transitáveis todas as ligações viárias.

O adjudicatário compromete-se a responder, pela CMC, em todas as ações em que esta seja demandada judicialmente por terceiros, em relação a prejuízos causados pelos danos morais e materiais que advenham da prestação de serviços contratada.

Da Câmara Municipal de Cascais

Quando avisada com a antecedência estipulada neste caderno de encargos, a CMC garantirá a ligação a outros serviços de que seja necessário obter a colaboração.

As autorizações de remoção do coberto vegetal e corte / poda de sobreiros encontram-se diligenciadas junto das entidades competentes, nomeadamente, o Parque Natural de Sintra-Cascais e a Unidade de Gestão Florestal da AML, nas áreas a estas circunscritas.

Pagamentos ao adjudicatário

O adjudicatário apresentará no final dos trabalhos realizados, o mapa das atividades desenvolvidas respeitantes aos trabalhos executados, os quais, depois de confirmados pelo serviço de fiscalização, servirão de base aos pagamentos.

Serão apenas considerados pagamentos parcelares de acordo com a cláusula 14ª do presente caderno, não havendo, contudo, lugar a adiantamentos. O adjudicatário poderá apresentar os trabalhos realizados para cada etapa concretizada, o mapa das intervenções desenvolvidas respeitantes aos trabalhos

concluídos, o qual, depois de confirmado pelo serviço de fiscalização e emitido o respetivo Auto-de-Medição, servirá de base aos pagamentos.

No caso de o adjudicatário ser penalizado pelo SPC, por não observância das tarefas ou responsabilidades estabelecidas, será notificado para o efeito, devendo proceder aos respetivos acertos quando da apresentação de faturas, nos moldes e prazos estabelecidos no contrato.

Considerações gerais

Dúvidas sobre o modo de execução dos trabalhos

Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, entende-se que o prestador de serviço se inteirou localmente das condições de realização dos trabalhos.

As dúvidas que o adjudicatário tenha sobre o modo de execução dos trabalhos devem ser submetidas à fiscalização antes de se iniciar a execução das tarefas que sobre elas recaiam. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início do fornecimento a que digam respeito, deverá o adjudicatário submetê-las imediatamente à fiscalização, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação, antes do início da execução.

A falta de cumprimento do disposto acima torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Execução simultânea de outros trabalhos no local da prestação de serviços

A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de executar ou de mandar executar por terceiros, conjuntamente com os do presente fornecimento e nos mesmos locais, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

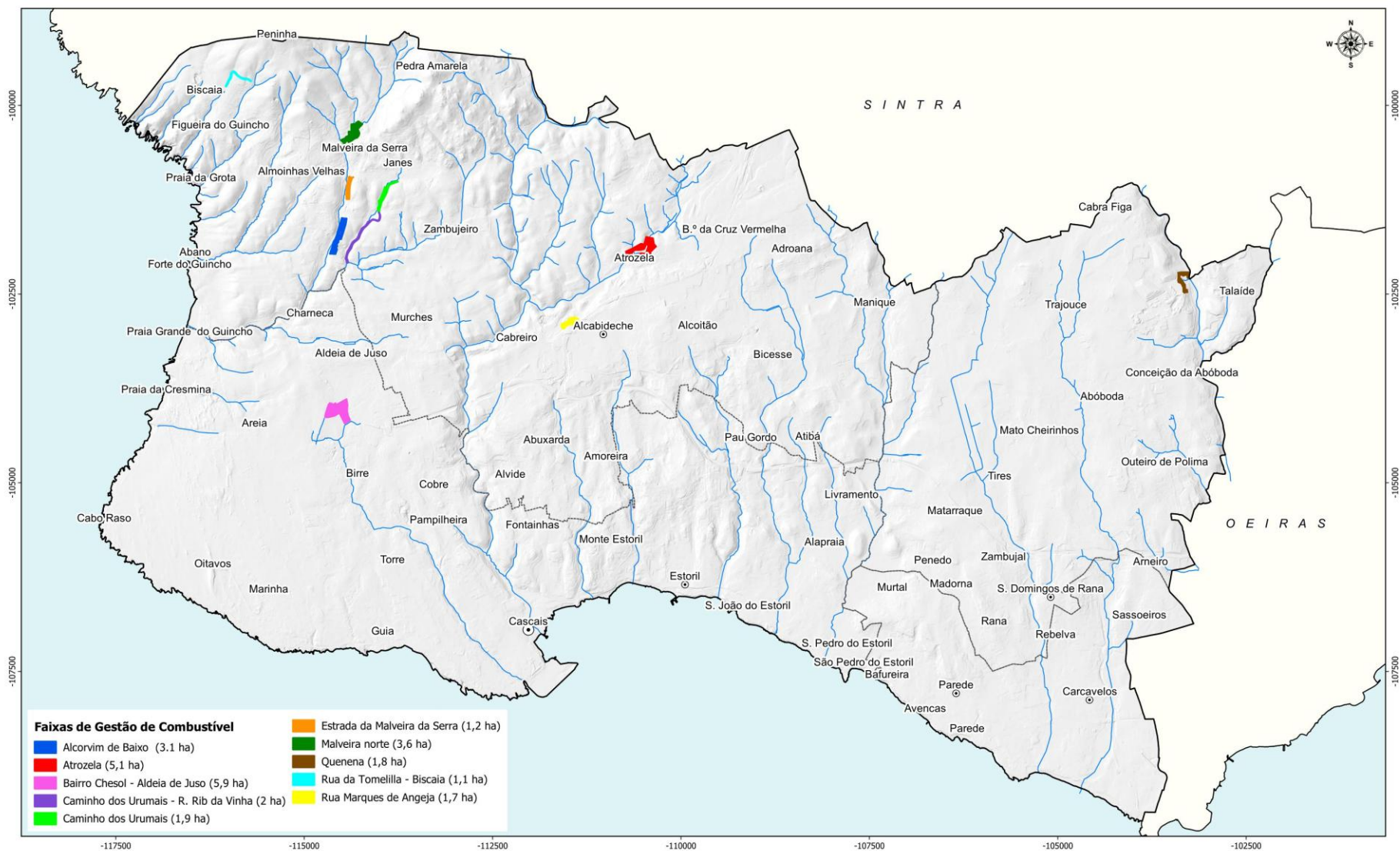
Os trabalhos referidos no parágrafo anterior serão executados em colaboração com a fiscalização, de modo a evitar demoras e outros prejuízos. E, sempre que possível, após prévio conhecimento do adjudicatário.

Quando o adjudicatário considere que a normal execução do fornecimento está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos a que se refere o primeiro parágrafo, deverá apresentar a sua reclamação no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data da ocorrência, a fim de superiormente se tomarem as providências que as circunstâncias imponham.

ANEXO

Faixas de Gestão de Combustíveis

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL DE CASCAIS



Sistema de coordenadas

PT-TM06/ETRS89 (EPSG: 3763)
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção cartográfica: Transversa
de Mercator

Fonte(s)

CMC (2023, 2025)

Data da edição:

fevereiro de 2025

0 1 2 km

Escala (A3): 1:45 000